



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO
DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
2024





PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

**COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE - COSUS**

Presidente – Desembargadora Teresa de Castro Neves

MEMBROS - Portaria TJ nº 2755/2023

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE

DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES E METAS	6
1. PAPEL.....	6
2. COPOS DESCARTÁVEIS.....	8
3. ÁGUA MINERAL ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	9
4. IMPRESSÕES.....	12
5. ENERGIA ELÉTRICA.....	14
6. ÁGUA E ESGOTO	18
7. GESTÃO DE RESÍDUOS.....	21
8. OBRAS E REFORMAS	25
9 – LIMPEZA	29
10. VIGILÂNCIA	32
11. TELEFONIA	34
12. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS.....	36
13. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	38
14. QUALIDADE DE VIDA	41
15. CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	48
16. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO	53
17. EQUIDADE E DIVERSIDADE	55
CONCLUSÃO.....	65



APRESENTAÇÃO

“Contudo, no fim, o desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia constante, mas, sim, um processo de mudança em que a utilização dos recursos, a alocação dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são compatíveis com as necessidades futuras e presentes... As escolhas dolorosas são inevitáveis. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável deve basear-se na vontade política.”

WCDE1997, Nosso Futuro Comum

O Plano de Logística Sustentável (PLS) para o período de 2024 a 2026 está adequado às diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021 e traz no seu bojo novas metas e desafios para a gestão sustentável, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PLS é um instrumento de gestão elaborado em observância ao Planejamento Estratégico da instituição, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de diagnóstico e monitoramento, bem como avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem mais eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica.

Cabe ressaltar, ademais, que o PLS também é considerado como instrumento de governança em contratações públicas, nos termos do art. 5º da Res. CNJ nº 347/2020.

Assim sendo, de acordo com o art. 10 da Resolução CNJ 400/2021, apresentamos o relatório de desempenho do PLS/TJRJ relativo ao exercício de 2024, vinculados aos indicadores do CNJ, bem como as ações que contribuíram para seus resultados.



INDICADORES E METAS

1. PAPEL



Indicador CNJ	Consumo de papel próprio
Unidade de medida	Resmas
Definição	Quantidade de resmas de papel não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística- DEPAM
Meta PLS	Alcançar a média dos Tribunais da Justiça Estadual até 2026, qual seja, 2,6 (dois vírgula seis) resmas per capita.

Série histórica							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
228.049	214.868	210.847	89.839	101.274	104.990	107.040	102.488
Meta atingida	SIM						
Observação	A Resolução CNJ 400/2021 passou a somar nesse indicador (tanto no consumo quando nos gastos) o papel reciclado, anteriormente contabilizado separadamente. Não houve a compra de resma de papel reciclado em 2024.						

Indicador de redução do consumo de papel

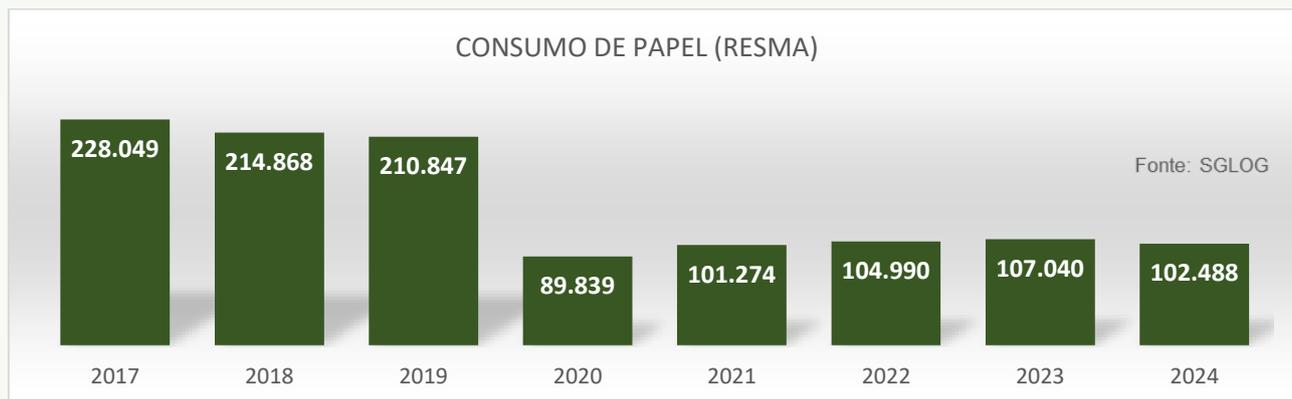
Alcançar, até 2026, a média de 2,6 (dois vírgulas seis) resmas per capita atingida pelos Tribunais de Justiça Estadual.

2024	2025	2026
Base: 4,1 resmas => (3,5 resmas)	=> (3 resmas)	=> (2,6 resmas)

Fórmula:

$$[1 - (\text{consumo de papel per capita no ano atual} / \text{consumo de papel per capita no ano anterior})] \times 100$$

Unidade gestora: SGLOG/DEPAM



Análise de desempenho

A meta do PLS/ TJ foi atingida uma vez que, o consumo de resmas *per capita* (32.784), em 2024, no TJRJ, foi de 3,28 resmas *per capita*.

Verifica-se que **o consumo de papel em 2024 foi de 102.488 resmas, o que representa uma redução de 4,26%, em relação ao ano de 2023 (107.044 resmas)** interrompendo uma série histórica de crescimento que vinha ocorrendo desde 2021, após o retorno ao trabalho presencial.

Ademais, o consumo ainda é bem inferior ao ano de 2019 (51,39%) podendo-se concluir que essa tendência de redução de consumo está a sinalizar o início de um processo de mudança na cultura do consumo na instituição.

Contribuíram para o resultado as seguintes ações:

- Aviso 46/2024 (substituiu o Aviso 8/2009) definiu a redução dos perfis de resmas de papel A4 em 10%, por iniciativa da Divisão de Gestão Ambiental, do Departamento de Sustentabilidade, da SGSUS.

Algumas unidades organizacionais alegam que, a despeito do processo eletrônico, persiste a necessidade de impressão de determinados documentos, a exemplo de citações decorrentes de execução fiscal, mandados de citações que passaram a ser de atribuição das centrais de mandados etc.

Note-se que, dos 46 pedidos de modificação de perfil que foram submetidos ao Departamento de Sustentabilidade da SGSUS, em 2024, 50% foram indeferidos pela Alta Administração e o restante foi apenas parcialmente deferido, face a comprovação da necessidade do insumo a fim de se evitar a descontinuidade do serviço.

- Processo SEI nº 2024-06039869: Após a edição do Aviso nº 46/2024, por iniciativa da Divisão de Gestão Ambiental e do Departamento de Sustentabilidade, da SGSUS, foi realizada a redução do perfil de resmas de papel A4 da Secretaria em 25%.
- No bojo do referido processo, foi sugerido pela SGSUS que a iniciativa de redução do perfil fosse replicada, sendo possível, por todas as unidades administrativas do TJRJ;

- Implementação do processo administrativo eletrônico em 100% das unidades administrativas; além disso, o sistema PJE foi totalmente implantado nas competências Cível, Acidente do Trabalho, Empresarial, Fazenda Pública e Juizado Especial Fazendário;
- A implementação do Núcleo 4.0 (Resolução TJ/OE 20/2021) e o Juízo 100% digital, cujos processos passaram a ser totalmente eletrônicos, sem a necessidade de trabalho presencial ou espaço físico para a entrega jurisdicional
- A apresentação de alternativas para diminuir a quantidade de impressões nas unidades, especialmente sugerindo-se que tais impressões – quando inevitáveis – sejam feitas em modo frente e verso, adotando-se a fonte *Spranq Eco Sans* como ecofonte padrão.
- Redução constante do uso de papel pelo uso da tecnologia, como: processo eletrônico SEI, e-mail, utilização da plataforma Teams para reuniões.

Com relação ao gasto, em 2024, a aquisição de papel foi na ordem de R\$ 2.028.274,37 em comparação a R\$ 2.025.600,49, em 2023 (vide tabela de indicadores).

Dessa forma, conclui-se que, com base na série histórica, destacam-se 2 períodos: pré e pós pandemia. O resultado obtido em 2024 comparado ao período pré pandêmico mantêm a redução pela metade do consumo, aproximadamente. Já, quando avaliamos o período pós 2019, observamos a ruptura do viés de crescimento retomado após 2021, o que demonstra o êxito das iniciativas da atual gestão.

2. COPOS DESCARTÁVEIS



Indicador CNJ	Consumo de copos descartáveis
Unidade de medida	centos
Definição	Quantidade de copos descartáveis usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Manter em 100% a política de não utilização de copos descartáveis.
Meta atingida	SIM
Observação	A meta foi atingida, tendo sido mantida a política de não utilização de copos descartáveis. Como boa prática, foi adotada a substituição de copos

	descartáveis por copos biodegradáveis em determinadas áreas, com filtros instalados destinadas ao público externo.
--	--

Indicador de consumo de copos descartáveis		
Manter em 100% a política de não utilização de copos descartáveis.		
2024	2025	2026
100%	100%	100%
Fórmula:		
CC / FTT		
Unidade Gestora : SGLOG/DEIOP/SEALI		

A meta foi atingida, considerando que esse indicador do ranking do PLS/CNJ é zerado positivamente, graças à estratégia de aquisição de copos biodegradáveis, uma vez que só é computada a aquisição de copo de origem plástica.

Vale registrar, por sua vez, que copos descartáveis utilizados nas atividades de Catering Institucional tem o fornecimento previsto no Termo de Referência de execução da empresa contratada para os Serviços de Copagem.

Cumpra observar, ainda, que dentre os Tribunais de Grande Porte, **o TJRJ é o único que não utiliza copos descartáveis plásticos.**

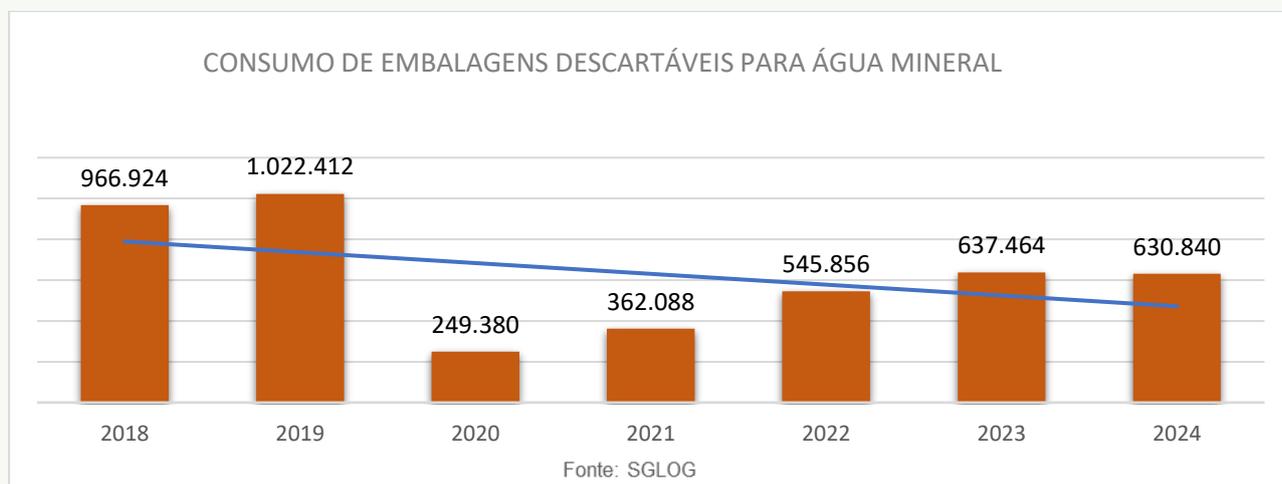
3. ÁGUA MINERAL ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



Indicador CNJ	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral
Unidade de medida	Unidades
Definição	Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitada pelas unidades
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Redução em 10% do consumo das embalagens descartáveis

Série histórica							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

1.198.824	966.924	1.022.412	249.380	362.088	545.856	637.464	630.840
Meta atingida	NÃO						
Observação	Redução em 10 % a cada ano adotando-se como parâmetro os dados de aquisição de água mineral envasada em 2023						



Indicador de redução do consumo de água envasada

Redução em 10% a cada ano adotando-se como parâmetro os dados de aquisição de água mineral envasada em 2023.

2024

2025

2026

10%

10%

10%

Fórmula:

$$[1 - (\text{consumo de papel per capita no ano atual} / \text{consumo de água envasada per capita no ano anterior})] \times 100$$

Análise de desempenho

A meta de redução anual de 10% prevista para 2024 não foi atingida. Embora tenha havido redução no consumo em relação a 2023, (637.464), o valor percentual de redução corresponde a 1,039%, já que em 2024 foram consumidas 630.840 unidades de água mineral envasada em embalagem plástica.

Entretanto, cabe ressaltar que embora não se tenha atingido a meta, houve redução de 2023 para 2024 (6.624 unidades) ao passo que, em sentido contrário, de 2022 a 2023 houve aumento de 17% (91.608 unidades).

Importante consignar, ainda, que o consumo não é mais nos patamares de anos anteriores ao período pandêmico, tendo sido reduzido em relação, por exemplo, ao ano de 2019, em quase 50%, apesar de, após a pandemia, ter havido a retomada do crescimento da utilização desse insumo.

Contribuíram para a redução do consumo as seguintes ações:

- Em 2024, por determinação da Administração Superior, foi limitado o consumo na 1ª Instância a 02 fardos (24 garrafas) por semana, volumetria ratificada no processo SEI 2022-06033396, havendo previsão de até 03 fardos por semana nos meses do verão. Tal medida permite efetivo planejamento quanto ao volume a ser licitado/armazenado, e contribui para a execução da meta proposta de redução anual de 10%;
- Conforme o Procedimento Administrativo SEI nº 2024-06110013, foi proibido o fornecimento de água mineral envasada ao Almoxarifado da EMERJ, de maneira a reduzir a aquisição de água mineral envasada pelo TJERJ;
- Foi reduzido o consumo de água envasada com embalagens descartáveis em 2023, tendo a ação sido continuada em 2024, com a modificação do formato de atendimento para reuniões, onde, ao invés de serem utilizados vários copos plásticos de 200 ml, esses foram substituídos por garrafas plásticas com 1,5 L, sendo a água mineral servida em copos de vidro de uso diário;

Encontra-se em fase de finalização a minuta para disciplinar o fornecimento de água envasada para atendimento restrito às unidades que necessitem de apoio logístico, em face das peculiaridades das atividades jurisdicionais ou atividades de apoio autorizadas pela Presidência. (Processo 2021-06123752) - estudo de economicidade e minuta Ato Normativo - autos em instrução);

Outra iniciativa foi a sugestão DESUS/DIGAM de aquisição de latas de alumínio em substituição às embalagens plásticas descartáveis, nos moldes da exitosa estratégia adotada no indicador copo descartável, com intuito de contribuir para a redução do consumo e consequente elevação da posição do TJRJ no ranking do Prêmio de qualidade do CNJ, tendo em vista que no 7º balanço socioambiental o CNJ apontou o indicador Consumo de água envasada descartável per capita (Resolução 400, de 2021 do CNJ - embalagens plásticas descartáveis) como parte do IDS.

A proposta de troca de objeto de aquisição também foi fundamentada no fato de que no ano de 2023 a reciclagem de latas atingiu o índice inédito de 100% de embalagens recicladas no Brasil (Processo Sei nº 2023.060.76693/ SEI 2023- 06076692).

Nesse ponto, é importante lembrar que as 630 mil unidades de embalagens descartáveis consumidas pelo TJRJ em 2024 deveriam ter sido destinadas à reciclagem, no entanto, a quantidade de resíduo plástico arrecadada (pag.23) indica que o objetivo não foi alcançado.

Entretanto, cumpre esclarecer que as propostas de substituição de garrafas plásticas por embalagens de metal foram indeferidas pela Alta Administração.

Com relação à despesa para aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis que, em 2023, foi da ordem de R\$ 734.991,10 (vide tabela de indicadores), em 2024 foi majorada, chegando ao valor de R\$ 742.750,00.

Assim, conclui-se que, observando-se a série histórica, destacam-se 2 períodos: pré e pós pandemia. O resultado obtido em 2024 comparado ao período pré-pandêmico mantém a

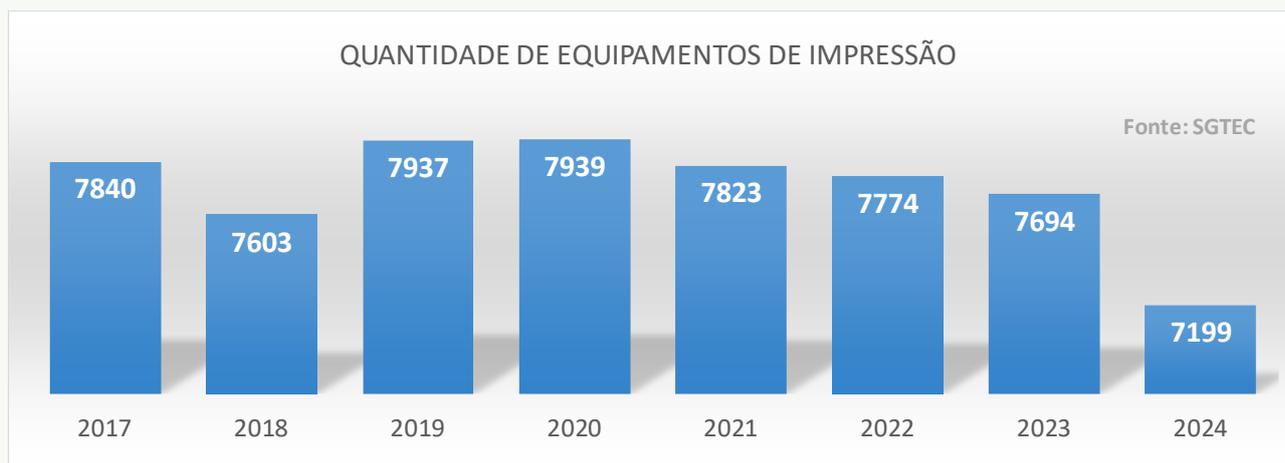
redução pela metade do consumo, aproximadamente. Por sua vez, quando avaliamos o período pós 2019, observamos a quebra do padrão ascendente, retomado após 2021, já ao fim da pandemia, o que demonstra o êxito das iniciativas da atual gestão.

4. IMPRESSÕES



Indicador CNJ	redução de equipamento de impressão								
Unidade de medida	Unidade								
Definição	Quantidade de equipamentos de impressão								
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística								
Meta PLS	<i>Reduzir em 10% a quantidade de equipamentos de impressão/per capita até 2026.</i>								
Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
QI - Quantidade de impressões	UN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2483.113
QEI - Quantidade de equipamentos de impressão	UN	7840	7603	7937	7939	7823	7774	7694	7199
QJP - Quantidade de impressões per capita	UN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
GCI - Gasto com contratos de terceirização de impressão	RS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Gasto com aquisição de suprimentos de impressão (res.201)	RS	N/A	6.951.100,60	2.637.733,31	1.199.931,78	1.394.916,95	2.111.697,99	2.608.258,53	
Gasto com aquisição de impressoras (res.201)	RS	281.184,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Meta atingida	SIM
----------------------	------------



Indicador de redução de equipamento de impressão		
Reduzir em 10% a quantidade de equipamentos de impressão/per capita até 2026.		
2024	2025	2026
Base: 0,240 3 % => (0,233)	3 % => (0,225)	4% => (0,216)
Fórmula:		
[1- (quantidade de equipamentos de impressão per capita no ano atual/ quantidade de equipamentos de impressão per capita no ano anterior)] X 100		

Análise do desempenho

O TJRJ possui 7199 equipamentos de impressão, considerando-se o apurado no mês de dezembro de 2024, sendo 5.217 (outsourcing) + 1982 (próprios).

Note-se que este foi o melhor resultado da série histórica, desde 2016.

A meta de redução de 10% da quantidade de equipamentos de impressão/per capita até 2026, foi atingida (0,219) em relação ao ano de 2024, uma vez que alcançou 8,5% de redução em comparação a 2023 (7694).

Merece destaque a iniciativa do Plano de Ação do PLS para a realização da contratação de outsourcing de impressão, por iniciativa da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTEC – unidade demandante) que permitiu a redução de 6,43% no uso do equipamento, comparado a 2023.

Foi elaborado o Documento de Oficialização de Demanda (DOD), por meio do processo SEI nº 2023-06039468, para a criação do sistema de *outsourcing* de impressão, como um projeto-piloto, abrangendo setores administrativos e judiciais. A empresa vencedora da licitação (na modalidade pregão eletrônico) foi a SIMPRESS.

As impressões são mais acuradamente aferidas se houver contrato de outsourcing vigente no Tribunal, uma vez que o outsourcing não só contribui para a redução de custos

operacionais, mas também possibilita que a instituição direcione seus esforços e recursos a estratégias para a atividade fim.

É importante lembrar que é preciso promover a mudança de cultura de impressão, visto que, atualmente, a maioria dos acessos aos materiais de trabalho (SEI, processo eletrônico, material de leitura etc.) podem ser feitos de forma digital.

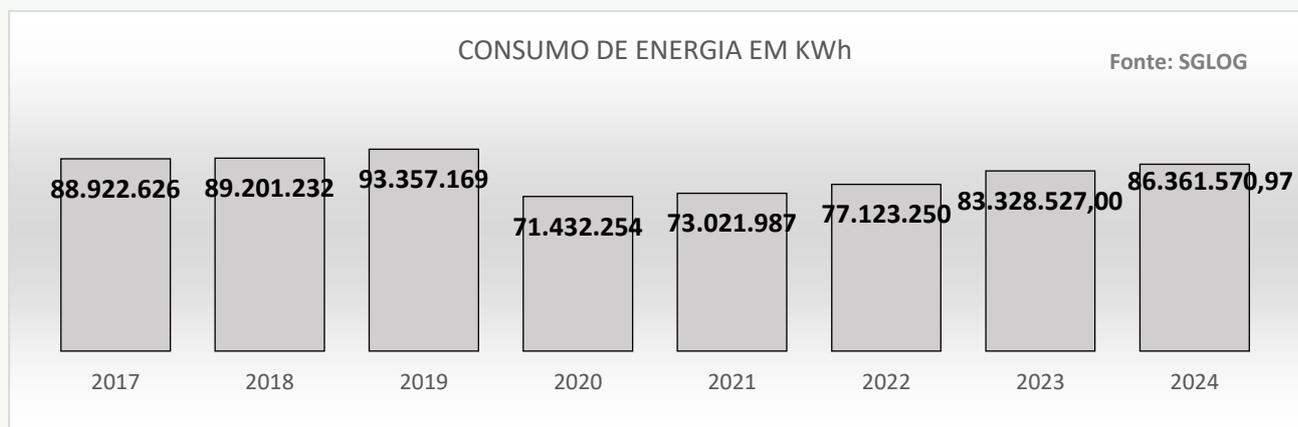
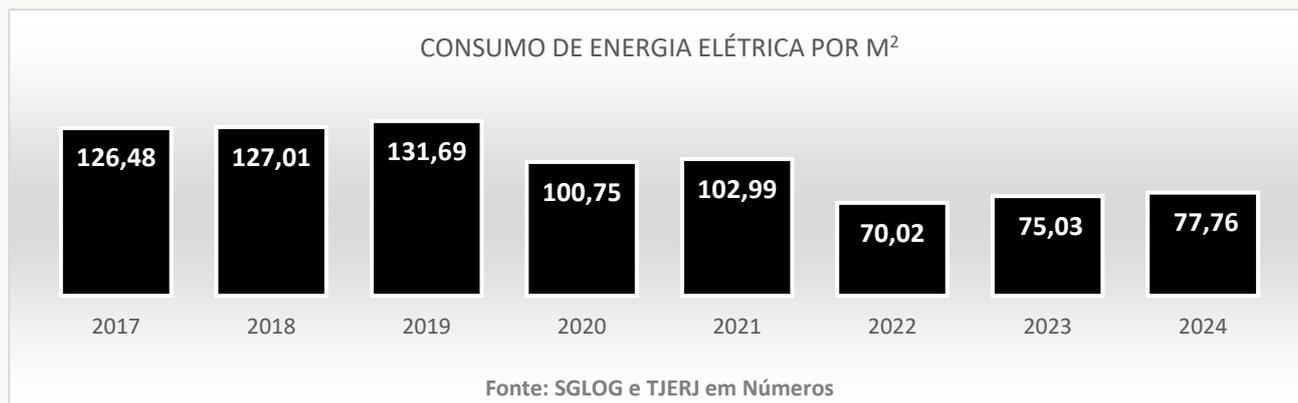
Com relação à destinação ambientalmente correta, foram encaminhados 7.420 Kg de suprimentos de impressão para a logística reversa, valor bem semelhante ao do ano de 2023 (7.367,52 Kg, conforme tabela de indicadores).

5. ENERGIA ELÉTRICA



Indicador CNJ	Consumo de energia elétrica por m² (consumo relativo)
Unidade de medida	kWh/m ²
Definição	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Reduzir o consumo para 40Kw/m ² até o ano de 2026.

Série histórica (kWh)							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
88.922.626	89.201.232	93.357.169	71.432.254	73.021.987	77.123.250	83.328.527	86.361.571
Área total – m² (*)							
703.082	702.317,40	708.928,16	709.022,46	709.022,46	1.101.398,22	1.110.575,48	1.110.575,48
kWh/m²							
126,48	127,01	131,69	100,75	102,99	70,02	75,03	77,76
Meta atingida	NÃO						
OBSERVAÇÃO	A área passou de construída para total, em 2022 - (*) FONTE: SGLOG/ TJ em números						



Indicador de redução do consumo de energia elétrica

Reduzir o consumo para 40Kw/m² até o ano de 2026.

2024	2025	2026
Base: 75,0 kW/m ² => (70,0)	=> (60,0)	=> (40,0)

Fórmula:

$[1 - (\text{consumo de energia elétrica por m}^2 \text{ no ano atual} / \text{consumo de energia elétrica por m}^2 \text{ no ano anterior})] \times 100$

Unidade gestora: SGLOG/DEENG/DEIOP

Análise de desempenho

A meta de 2024 para o PLS não foi atingida.

O histórico de consumo em Kwh entre os anos 2020 e 2024 apresenta viés de aumento.

O aumento da área, em 2022, decorre da necessidade de ajuste, considerando que o indicador de área total, incluído na Resolução CNJ 400/2021, abrange não só a área

construída (prédios próprios ou não), como também áreas externas, como estacionamentos e jardins.

A unidade responsável informou que todas as unidades que apresentaram aumento são questionadas e as respostas, em sua maioria, fazem referência ao aumento número de equipamentos e funcionários, ao calor excessivo com maior uso do sistema de ar condicionado, a realização de eventos culturais, a realização de obras e reformas e ao aumento no número de audiências no período.

Apesar do resultado, as seguintes iniciativas foram adotadas:

- Efetivação de Convênio com a Empresa ZINNG, realizado por Chamamento Público com a ENEL, para execução de Projeto de Eficiência Energética, no Fórum de Niterói (2020/0668501).

Contrato firmado com a Empresa ZINNG para credenciamento da empresa especializada em serviços de conservação de energia e eficiência energética, com a finalidade de representar o TJRJ perante as distribuidoras de energia para a submissão de projetos de Eficiência Energética nos prédios de Duque de Caxias, Barra da Tijuca, Niterói e Nova Iguaçu, salientando-se que já foi aprovada a execução no Fórum de Niterói, a qual se encontra em fase de implantação.

Em fase de execução de Projeto de Eficiência Energética, no Fórum de Niterói, através de Convênio realizado por Chamamento Público com a ENEL

- A Publicação do Ato Executivo 97/2022, que institui horário padrão de funcionamento das CAG – Central de Água Gelada, baseados em estudos de horário de ponta e real necessidade das unidades organizacionais, acarretando maior economia, visto que aproximadamente 60% do consumo de energia decorrem dos sistemas de climatização das edificações do PJERJ.
- Em fase de execução dos Projetos de Instalação de Bancos de Capacitores em 21 (vinte e uma) edificações;
- Aquisição de 87.547 (oitenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete) lâmpadas de LED T5 e T8, com 50% do quantitativo já substituído e o restante em fase de substituição;
- Em fase de procedimento licitatório de 40.500 (quarenta mil e quinhentas) lâmpadas de LED T5 e T8;
- Monitoramento em conjunto com o SECER das faturas de energia elétrica, efetuando-se ajustes em caso de discrepância de valores de um mês para o outro;

A Divisão de Suporte Operacional (DISOP) busca aprimorar constantemente as Planilhas de Controle das contas de Consumo de Energia e Água. Através das planilhas de controle é realizado o acompanhamento das variações de consumo de cada unidade e é possível verificar se o consumo está dentro do esperado. Quando fora do esperado, são realizadas as diligências necessárias:

- Junto à Direção do Fórum (ou equivalente) para verificar se houve alguma mudança na rotina, como instalação de novos equipamentos, chegada de novos funcionários, vazamentos etc.;
- Junto ao DEENG para abrir Solicitação de Ordem de Serviço (SOS), a fim de verificar e sanar algum problema que possa impactar no consumo;
- Junto à Concessionária para solicitar vistoria técnica.

A Divisão de Suporte Operacional (DISOP), buscando aperfeiçoar a comunicação de fatos de interesse relevantes, implantou o Formulário de Informação de Ocorrências (FIO), com registro de fatos que possam afetar o regular fornecimento de energia, de água e recolhimento de resíduos, além de melhorar sua interface de compartilhamento de informações com outras unidades fora da estrutura da SGLOG que consultam informações do DISOP, tais com SGPCF, SGSUS e SGDAI.

Além da melhoria no compartilhamento de informações, ação iniciada em janeiro de 2024, o DISOP reativou o Relatório de Consumo que é enviado trimestralmente a todas as Serventias e Administração Superior, com objetivo de fornecer dados para auxiliar na tomada de decisões que possam auxiliar na economia de água e energia elétrica.

A Divisão de Suporte Operacional (DISOP) também participa da produção do informativo SGLOG em FOCO com objetivo de informar sobre a situação de consumo desses recursos e apresentar dicas de economia que possam auxiliar os usuários internos do TJRJ na redução do consumo desses recursos.

- Implementação de sistemas fotovoltaicos em diversas edificações em todo o Estado do Rio de Janeiro;

Aquisição e instalação de sistema de geração de energia solar visando à economia do consumo de energia e o uso de energia limpa e renovável, evitando danos ao meio ambiente.

Em 2022, foram providenciados os processos para licitação de geração de energia solar dos seguintes Fóruns: Fórum de São João de Meriti, Fórum de Queimados, Fórum de Belford Roxo, Fórum de Madureira, Fórum de Jacarepaguá, Fórum de Itaboraí, Fórum da Ilha do Governador, Fórum de Macaé, Fórum de São Gonçalo, Arquivo Geral de Rio Bonito, Fórum de Rio Bonito, Fórum de Vila Inhomirim e Fórum de Bangu.

- Aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, objetivando a substituição dos que se encontram obsoletos e elevam o consumo de energia elétrica, sendo já adquiridos, e em substituição paulatina, o quantitativo de 612 (seiscentos e doze) equipamentos;
- Em fase de procedimento licitatório de 2.051 (dois mil e cinquenta e um) equipamentos de ar-condicionado (ACJ e Split);
- Aquisição de 1.154 (Hum mil, cento e cinquenta e quatro) novos aparelhos de ar-condicionado tipo Split, objetivando a substituição paulatina dos que se encontram obsoletos e que elevam o consumo de energia elétrica (2023/06138662);

- Elaboração de Cartilha, indicando melhor uso de equipamentos, horários e seu manuseio;
- Contratação do Centro de Estudos e Meio Ambiente Industrial (CEMAI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (processo nº 2023-06046930), por iniciativa da SSGUS, para redução de consumo de água e energia elétrica;
- Visita institucional ao TJSP, à época Tribunal qualificado em primeiro lugar no ranking do IDS. O relatório da visita, com as sugestões, foi formalizado nos autos do Processo SEI nº 2023-06046930 (SGSUS).

Infelizmente, o TJRJ foi destacado negativamente no 7º balanço Socioambiental do CNJ:

“É preciso ainda verificar o que vem ocorrendo com o consumo de energia elétrica com tribunais que superam em mais que o dobro da média nacional, como são os casos do TJPI e TJRJ, com 71 e 70 por área total, respectivamente”

Espera-se que a médio prazo esse indicador apresente reduções, considerando a ampliação do uso de fontes de energia alternativa e as iniciativas propostas acima, especialmente a apresentação do Estudo do CEMAI para redução de consumo de água e energia elétrica.

O gasto com energia elétrica parcial (até novembro) foi de R\$ 65.699.285,86.

O aumento do gasto com energia elétrica foi proporcional ao aumento de consumo e corrigido segundo reajuste das tarifas autorizados pela ANEEL

6 ÁGUA E ESGOTO



Indicador CNJ	Consumo de água por m ²
Unidade de medida	m ³ /m ²
Definição	Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Alcançar, até 2026, a média de 0,19 m ³ dos Tribunais da Justiça Estadual

Série histórica							
Consumo total - m ³							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

570.895	538.044	556.134	496.759	554.325	543.569	557.824	527.765
Área total - m²							
703.082	702.317,40	708.928,16	709.022,46	709.022,46	1.101.398,22	1.110.575,48	1.110.575,48
m³/m²							
0,81	0,77	0,78	0,70	0,78	0,49	0,50	0,48
Meta atingida	NÃO						
OBSERVAÇÃO	A área passou de construída para total, em 2022 (*) FONTE: SGLOG/TJRJ em números						



Indicador de redução do consumo de água e esgoto

Alcançar, até 2026, a média de 0,19 m³ dos Tribunais da Justiça Estadual.

2024	2025	2026
Base: 0,50 m ³ => (0,45)	=> (0,36)	=> (0,19)

Fórmula:

$[1 - (\text{consumo de água em m}^3 \text{ no ano atual} / \text{consumo de água em m}^3 \text{ no ano anterior})] \times 100$

Unidade gestora: SGLOG/DEENG/DEIOP

Análise de desempenho

O indicador de consumo relativo no ano de 2024 foi 0,48 m³/m² e a meta estabelecida 0,45 m³/m². Apesar da redução do consumo relativo em 4% no ano 2024, em relação ao ano 2023, a meta não foi atingida.

O aumento da área, em 2022, decorre da necessidade de ajuste, considerando que o indicador de área total, incluído pela Resolução CNJ 400/2021, abrange não só a área construída (prédios próprios ou não), como também áreas externas, como estacionamentos e jardins.

Considerando-se o período pós pandemia, o consumo em m³ reduziu em 4,8% no comparativo entre o ano de 2021 e o ano de 2024.

Considerando-se o histórico dos últimos 4 anos, o ano de 2024 apresentou viés de redução de consumo de água.

Todas as unidades que apresentaram aumento são questionadas e as respostas, em sua maioria, fazem referência ao aumento do número de equipamentos e funcionários, a vazamentos, a limpeza de reservatório, ao aumento do número de audiências e a realização de obras e reformas, além dos fatores informados pelas unidades também identificamos serventias nas quais a ocorreu alteração na métrica de cobrança por parte da concessionária.

Contribuíram para o resultado as seguintes ações:

- Substituição das descargas obsoletas, medida parcialmente adotada;
- Monitoramento constante dos pontos de vazamento de água e sua regularização;
- Utilização de água de reuso, com manutenção dos seus pontos de entrada e saída;
- Realização de vistoria cadastral e de consumo elevado pela empresa Águas do Rio (processo nº 2023-06065800);

- Instalação de torneira com temporizadores, sendo substituída conforme a necessidade apresentada;
- Apresentação do relatório Águas do Rio à Alta Administração do Tribunal (processo nº 2023-06065800), com informações sobre reparos efetuados e sugestões para a adequada manutenção da rede hidráulica do complexo do fórum central.

Com relação aos gastos com água e esgoto, cabe inicialmente esclarecer que, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a conta de água diz respeito à cobrança pelos serviços de coleta, tratamento e distribuição de água e de esgoto e não é regulada pela agência, e sim pelas instituições reguladoras de saneamento.

Ademais, infelizmente, o TJRJ foi destaque negativamente nesse indicador no 8º Balanço Socioambiental do CNJ:

“Em que pese o consumo de água e esgoto por área total em metros quadrados ficar no patamar de 0,2, no Poder Judiciário, em 2023; há tribunais que gastam mais do dobro, conforme Figura 28. É o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (0,62); do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (0,56) e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (0,50)”

Espera-se que a médio prazo esse indicador apresente reduções, considerando as iniciativas propostas acima, especialmente o Estudo realizado pelo CEMAI de redução de consumo de água e energia elétrica.

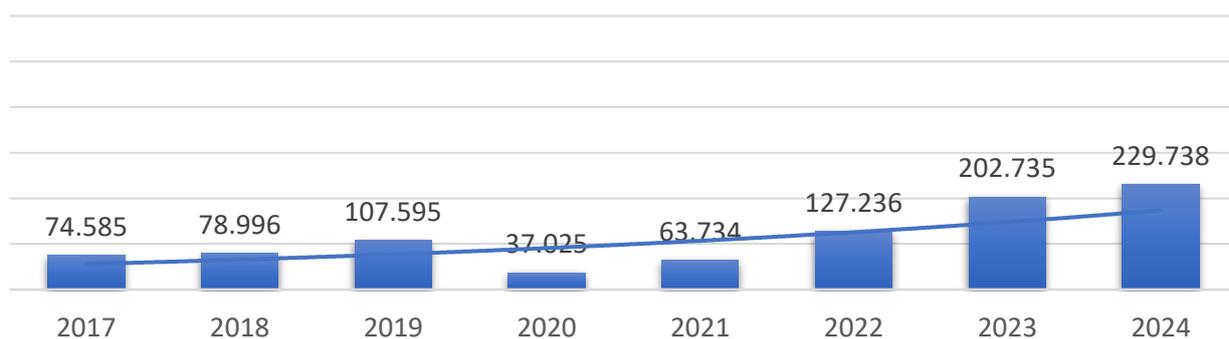
7. GESTÃO DE RESÍDUOS



Indicador CNJ	Destinação de resíduos (ver definição abaixo)
Unidade de medida	Kg, unidades, litros
Definição	O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta, bem como estimular a economia circular por meio da logística reversa, quando for o caso. São considerados os indicadores referentes aos resíduos de plástico, vidro, metal, papel, coleta geral, lâmpadas, eletroeletrônicos, suprimentos de impressão, pilhas e baterias, obras e reformas e de saúde. (Res. CNJ 400/2021).
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística

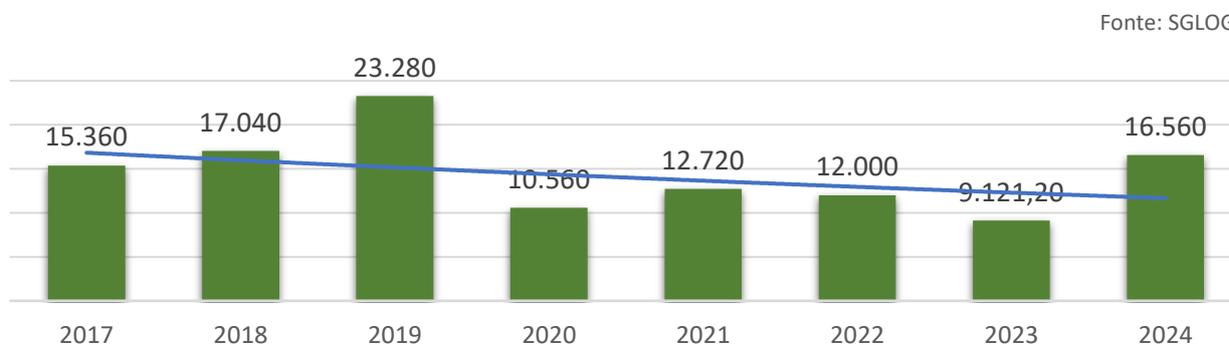
Meta PLS	Destinar adequadamente 90% dos resíduos						
Série histórica							
Resíduos em kg destinados à reciclagem							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
74.585	78.996	107.595	37.025	63.734	127.236	202.735	229.738
Resíduos de saúde (litros)							
15.360	17.040	23.280	10.560	12.720	12.000	9.121,20	16.560,00
Resíduos de lâmpadas (unidades)							
20.429	54.254	4001	0	53.462	39.800	54.110	30.097
Meta atingida	SIM						
Observação	A Resolução CNJ 400/2021 alterou a unidade de medida do indicador “destinação dos resíduos de saúde”, de quilogramas para litros. Não obstante, esse item é informado pela área responsável em m ³ , tendo sido necessário efetuar a conversão de m ³ para litros.						

Destinação de resíduos em Kg

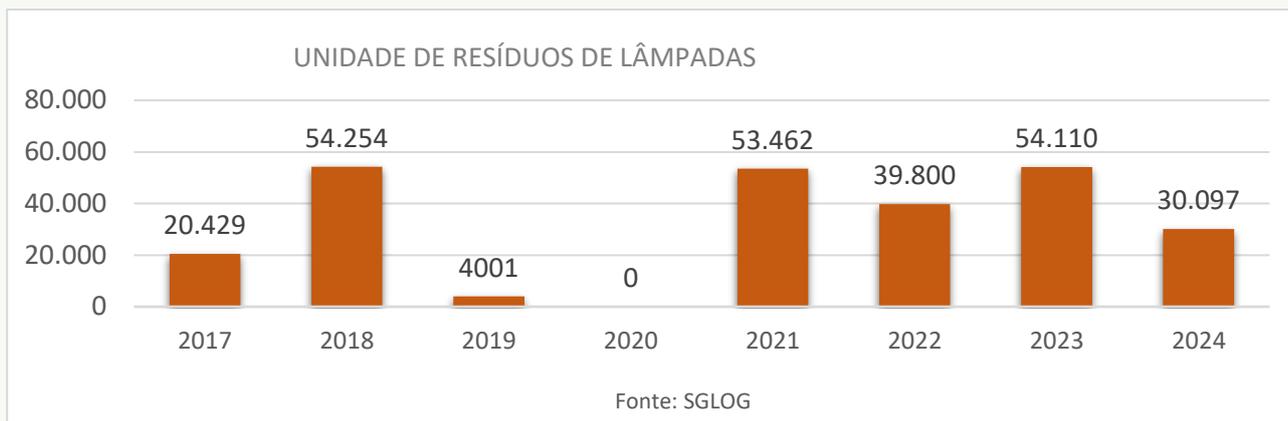


Fonte: SGLOG

RESÍDUOS DE SAÚDE EM LITROS



Fonte: SGLOG



Indicador de ampliação da gestão de resíduos		
Destinar adequadamente 90% dos resíduos		
2024	2025	2026
90%	90%	90%
Fórmula: (Total de resíduos destinados adequadamente (KG)/Total de resíduos coletados (KG))*100		
Total de resíduos = ∑ de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)		
Unidade gestora: SGLOG/DEIOP		

Análise de desempenho

A meta de destinação de resíduos foi atingida, com aumento no volume de itens descartados por meio de cooperativas que atendem o Complexo do Fórum Central, 12º e 13º Núcleos Regionais, bem como os itens de logística reversa previstos em editais e termos de referência.

Note-se que não se trata de aumento da geração dos resíduos e sim da sua correta destinação.

A revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), do TJRJ, o qual encontra-se disponibilizado na página de gestão ambiental do site do PJERJ, foi realizada, em 2023.

Destaca-se a implementação do Ato Executivo 130/2022, que dispõe sobre a ampliação de coleta seletiva nas comarcas do interior do estado (São Fidelis, São João da Barra, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Mesquita, Inhomirim, Magé), em atendimento à Lei nº 12.305/2010.

No site do TJRJ, está disponível o Manual de Operacionalização da Coleta Seletiva, e os Síndicos Regionais das comarcas onde as coletas já estão autorizadas pela Administração foram capacitados para a função.

Ha diversos ecopontos nas dependências do TJRJ para a coleta de tampinhas plásticas, cartões plásticos, lacre e resíduos eletrônicos.

Nessa esteira, importante destacar a parceria desta Secretaria com o Rioecopets, que recolhe as tampinhas plásticas e promove a compra de ração para animais de rua, tendo sido recolhidas uma tonelada e meia de tampinhas plásticas e 144 quilos de resíduos eletrônicos na campanha de arrecadação com os usuários do TJRJ para a cooperativa Rongo.

Também foram coletadas 2.037 unidades de cartões plásticos pós-consumo, equivalentes a 10,185Kg.

Vale lembrar a entrega de 1 cadeira de rodas ao INCA (parceria com o Instituto Ambiental), fruto do recolhimento da campanha de tampinhas no TJRJ, em parceria com o Instituto Ambiental.

Registre-se, ainda, a fabricação, por iniciativa da DIGAM, de coletores de tampinhas plásticas confeccionados com madeira reaproveitada pela equipe da marcenaria do TJRJ.

Assim, as campanhas de coletas supramencionadas, de iniciativa da SGSUS, foram responsáveis por fomentar o recolhimento e a destinação corretamente adequada de uma tonelada e meia de resíduos, em 2024.

Contribuíram, ainda, para o resultado as seguintes ações:

- Convênio de Cooperação Técnica entre o TJ e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Resíduos de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento com exigência de manifesto de transporte de resíduos.
- Descarte de lâmpadas e cabos elétricos, por meio de empresas especializadas, que observam as normas técnicas, inclusive com emissão de Manifestos;
- Descarte adequado de resíduos sólidos, em observância ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tais como entulhos de obras, plásticos, metais e outros;
- Descarte de óleos, lubrificantes e fluidos refrigerantes, que são removidos e encaminhados para receberem o tratamento adequado, geralmente utilizados na manutenção de equipamentos de mecânica, como ar-condicionado, evitando-se acidentes e impactos na contaminação do solo, da água e do ar;
- Demais materiais não reutilizáveis e que não exigem norma específica para rejeito e tratamento são retirados pela ABATERJ, revertendo-se eventuais ganhos com a venda e ou troca dos materiais, como cobre, em benefício dos assistidos por essa

entidade (Exemplo: carcaça de chiller, aparelhos de ar-condicionado ACJ e Splits, equipamentos da linha branca, como geladeiras e frigobares).

O SECER/DISOP busca intensificar continuamente a fiscalização do contrato de recolhimento e destinação dos resíduos produzidos pelo TJERJ, sejam eles enviados para tratamento ou enviados para reciclagem, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos. No período de 2022/2023, foram abertos seis processos apuratórios que buscavam corrigir os problemas ocorridos em descumprimento do contrato, culminando com a proposição de nova licitação com vistas à substituição da empresa prestadora de serviço de recolhimento de resíduos para o período iniciado em fevereiro de 2024.

A destinação correta dos resíduos sólidos e recicláveis é comprovada mediante o Certificado de Destinação Final (CDF) emitido no sitio eletrônico do INEA, conforme NOP – INEA-35.

Ademais, cumpre informar que os resíduos recicláveis, tais como papel, plásticos, metais, vidros e resíduos eletrônicos são destinados às COOPERATIVAS que firmaram o Termo de Compromisso com o TJRJ, a saber: COOPAMA, COOPQUITUNGO e COOPER, acrescentando que o SECER dá suporte à implementação da coleta seletiva nos Núcleos Regionais (São Fidelis, São João da Barra, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Mesquita, Inhomirim, Magé).

A DISOP busca, também, promover junto aos usuários do TJRJ a conscientização sobre a correta destinação dos resíduos recicláveis através do MANUAL de Operacionalização da COLETA SELETIVA e da produção de informativo para o SGLOG em FOCO sobre a correta separação dos resíduos sólidos dentro das instalações do TJRJ.

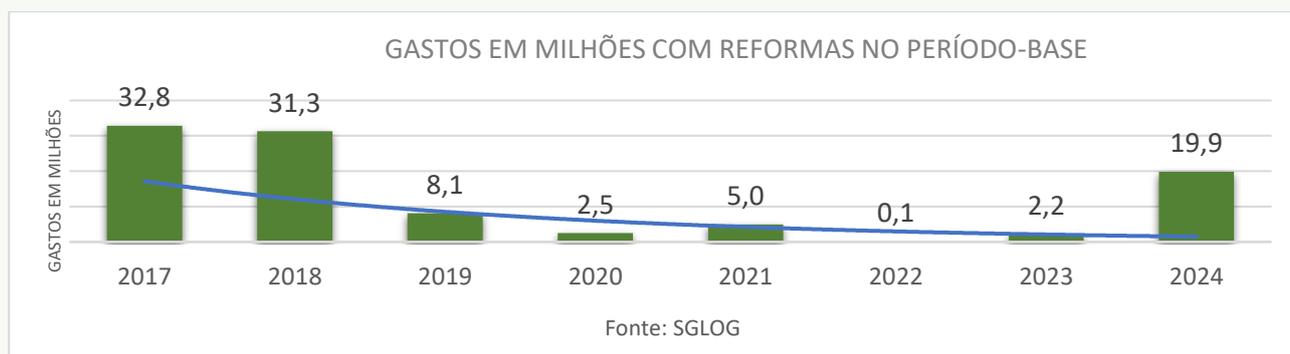
Com relação aos resíduos de obras, foram destinados corretamente 8.884.019,56 kg, em 2024, em comparação aos 880 m³ (157.500kg) de entulho de 2023 (vide tabela de indicadores).

8. OBRAS E REFORMAS



Indicador CNJ	Gastos com reformas no período-base
Unidade de medida	Reais
Definição	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. (Não inclui despesas com prédios novos, em 2023)

Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística						
Série histórica - reformas (R\$)							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
32.802.831,62	31.250.810,18	8.055.083,00	2.467.652,93	4.971.835,02	92.759,07	2.223.753,66	R\$19.873.159,05
Meta PLS	SIM						
Observação	A Resolução CNJ 400/2021 incluiu o indicador de “Gastos com construção de prédios novos no período-base”, separando, obras e reformas (manutenção e layout, em geral) de construções novas.						



Indicador de racionalização de gastos com obras e reformas		
Realizar 15 iniciativas, até 2026, que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com mudanças de layout.		
2024	2025	2026
5	5	5
Fórmula: Resultado = número de iniciativas realizadas no ano, em número absoluto		
Unidade gestora: SGSUS		

Análise de desempenho

As obras e reformas são planejadas e aprovadas pela alta administração consoante as demandas existentes e as prioridades definidas pela gestão vigente.

Os projetos básicos de edificação de novos fóruns e de reforma dos prédios existentes devem incluir itens obrigatórios de critérios técnicos de eficiência energética, canteiros de obras com baixo impacto ambiental, controle adequado de resíduos e bicicletário, além de critérios de contratações sustentáveis.

A meta de realizar iniciativas que promovam a temática da sustentabilidade com o objetivo de racionalizar os gastos com mudança de layout foi atingida, com destaque para as seguintes ações:

- Ampliação do número de bicicletários, de forma a promover a qualidade de vida, com aumento de 10% do que se já tem atualmente, tendo sido realizada licitação (processo 2022-06064505) para a aquisição de 50 novos bicicletários.

A Divisão de Gestão Ambiental, deflagrou o procedimento administrativo SEI 2022-06064505, em cumprimento à Ata de Reunião 01/2022 do Grupo de Trabalho “Construções Sustentáveis”, definindo as etapas do Plano de Ação do PLS.

A ação resultou na instalação de 27 novos bicicletários neste ano de 2024, espalhados entre fóruns da capital e do interior do estado.

Ainda em 2024, também houve a ampliação e melhoria dos bicicletários instalados no prédio do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça em consonância com as propostas de adequação dos prédios do PJERJ aos aspectos de sustentabilidade.

Desse modo, através do processo SEI 2023-06076403 foram adquiridos 3 novos módulos de bicicletário com capacidade de 8 vagas cada um, ou seja, neste corrente ano, o TJRJ viabilizou a expansão dos bicicletários atingindo o total de 30 (trinta) novos módulos instalados, 17 deles em comarcas que não possuíam o item.

Nesta toada, também tramita o processo SEI 2024-06048405 no qual se propõe a ampliação no número de vagas disponíveis no bicicletário da Av. Erasmo Braga, 115.

- construção de vestiários com chuveiro para que os ciclistas possam se trocar antes de iniciar o expediente.

Ademais, para maior conforto dos servidores e colaboradores do Fórum Central que se utilizam da bicicleta como modal de deslocamento até o trabalho, foi autuado o processo SEI 2024-06113794.

- Campanha “Ciclista Seguro, Futuro Sustentável”

Concomitantemente aos processos que cuidam da parte estrutural de ampliação e melhorias para fomentar o uso de bicicletas, gerando um impacto positivo no meio ambiente, cabe consignar a existência de processos correlatos voltados à conscientização do uso responsável desse meio de transporte como, por exemplo, **a campanha “Ciclista Seguro, Futuro Sustentável”, com realização prevista para setembro de 2025, por ocasião do Dia Mundial Sem Carro (22 de setembro), aprovada no processo SEI 2024-06113859.”**

- Planejamento de execução dos layouts (RPEX).

A reunião de planejamento de execução dos layouts (RPEX), realizada semanalmente envolve todas as equipes da DIMAN, bem como outras áreas que colaboram na execução dos *layouts*. Essa prática tem se mostrado eficiente para garantir a organização e o alinhamento entre as diferentes equipes, proporcionando um planejamento mais estruturado e uma execução mais eficaz.

Além disso, a reunião contribui para um maior entendimento das necessidades e desafios de cada área envolvida, o que facilita a definição de responsabilidades e o acompanhamento dos prazos. A abordagem colaborativa permite identificar potenciais problemas ou pontos de melhoria antes que eles impactem o progresso do projeto, proporcionando um ambiente mais ágil e organizado.

Ao revisar constantemente os *layouts* e as etapas de execução, as equipes podem ajustar suas estratégias e otimizar os processos, garantindo que todos os envolvidos estejam bem informados e preparados para atuar de forma eficiente.

Abaixo as equipes que participam da RPEX:

- DIMAN (SEMOB, SELOG e SEMEQ);
- DEPAM (SEMOP-Mudança, SEMOP-Complexo, SEMAM, SESOL);
- SGSEI (DETEL);
- SGTEC (não participa presencialmente da reunião, mas recebe a planilha);
- SGSEI (DESEP - não participa presencialmente da reunião, mas recebe a planilha);
- SECER (não participa presencialmente da reunião, mas recebe a planilha).
 - BIM - Building Information Modeling

No que tange à implantação do processo *Building Information Modeling* (BIM), a DIPEA busca alinhar-se com as premissas dos Decretos 10.306/20, 46.471/18 e a Lei 14.133/21, art. 19, § 3º, que tratam da utilização e disseminação do BIM na execução de obras e serviços de engenharia na Administração Pública. Nesse sentido, a DIPEA, apoiada pelo SENAI-PR, vem trabalhando, por meio de seu Núcleo BIM, para integrar e multiplicar o processo BIM na equipe. Esse procedimento é essencial para possibilitar a adoção do novo processo no desenvolvimento dos projetos executivos licitados pelo DEENG, alinhando-se à Estratégia Nacional para Disseminação do BIM, além de promover a elaboração de projetos que priorizam acessibilidade, sustentabilidade, economicidade, conforto e a redução de custos de manutenção predial.

No que diz respeito à eficiência, a implantação do BIM visa gerar projetos digitais tridimensionais nas áreas de arquitetura e diversas engenharias, como estrutural, de incêndio, hidrossanitárias, refrigeração, mecânica, elétrica, transporte vertical, sonorização, rede lógica, telefonia, alarme, áudio, vídeo, e circuitos de TV. Essa abordagem proporciona maior precisão técnica, agilidade na compatibilização dos projetos e conformidade com as normas da ABNT, reduzindo significativamente o risco de aditivos e o tempo de desenvolvimento de projetos, além de possibilitar orçamentos que atendem aos parâmetros de cotação de obras públicas.

Atualmente, o Tribunal está em processo de recebimento de hardwares mais eficientes para possibilitar o uso dos novos softwares BIM. Encontra-se em elaboração os artefatos para aquisição das plataformas AltoQI, que facilitarão a geração dos projetos de engenharia e orçamentos, além do Solibri, que realizará a compatibilização dos projetos desenvolvidos, e do ArchiCAD, responsável pela elaboração dos projetos de arquitetura.

- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCANEAMENTO DAS EDIFICAÇÕES DO TJRJ:

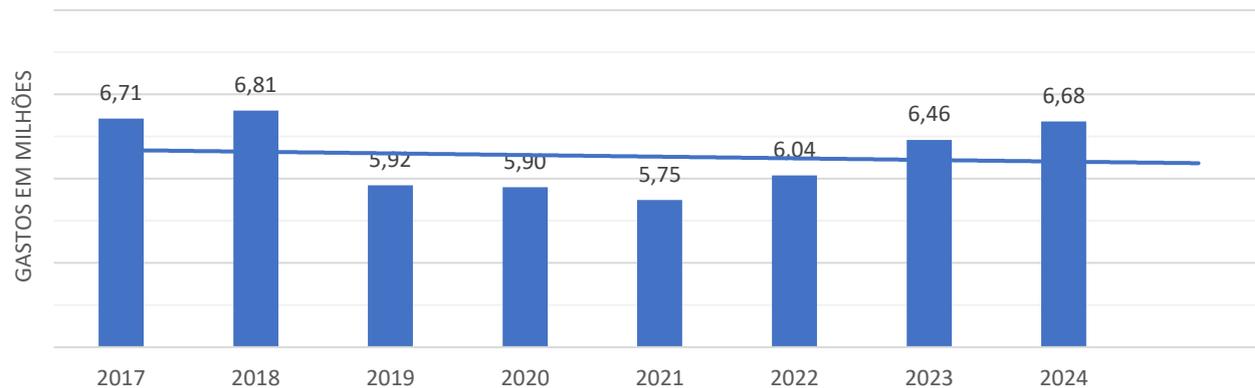
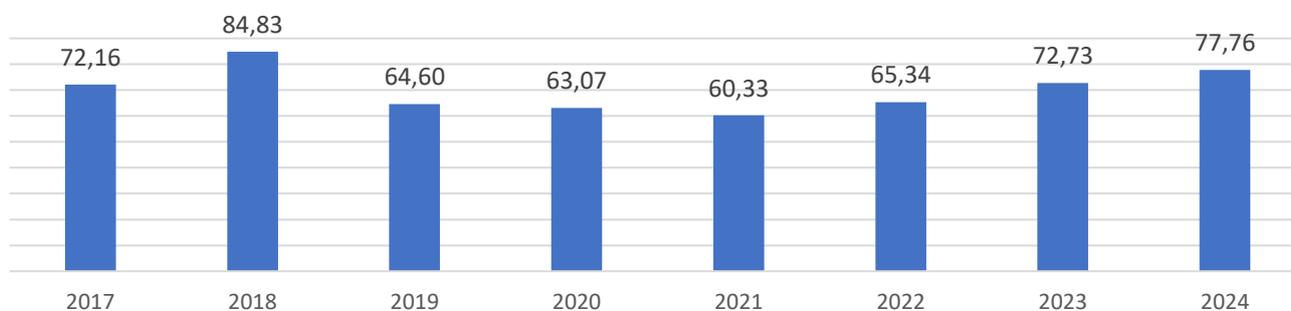
Com o objetivo de prosseguir com as ações para a implantação do BIM (*Building Information Modeling*) no PJERJ, a DIPEA está em processo de aprovação de licitação visando à contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de levantamento de cadastro “como encontrado” (*as found*) de edificações, com tecnologia de escaneamento tridimensional a laser (*3D scan*) por nuvem de pontos, para subsidiar a produção de modelos BIM dos prédios que compõem o acervo do PJERJ.

9 – LIMPEZA



Indicador CNJ	Gasto com material de limpeza						
Unidade de medida	Reais						
Definição	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão.						
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de logística						
Meta PLS	Reduzir em 2% ao ano os gastos com material de limpeza por m ² Reduzir em 2% ao ano os gastos com serviço de limpeza por m ²						
Série histórica (R\$)							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
6.712.719,00	6.808.109,00	5.920.514,00	5.898.214,38	5.746.891,16	6.039.980,97	6.461.318,70	R\$6.680.019,87
Meta atingida	NÃO						

Gasto com material de limpeza

GASTOS COM CONTRATOS DE DE LIMPEZA NO PERÍODO BASE
(Em milhões)

Fonte: DECAM

Indicador de redução dos gastos com contratos de limpeza		
Reduzir os gastos com serviços de limpeza por m ² em 2% ao ano.		
2024	2025	2026
2%	2%	2%
Fórmula: [1 - (gastos com serviços de limpeza em m ² no ano atual/ gastos com serviços de limpeza em m ² no ano anterior)] X 100 Gasto por m ² = ∑ despesas em reais (R\$) com contratos de limpeza/área total.		
Unidade gestora: SGLOG/DEIOP		

Indicador de redução dos gastos com material de limpeza		
Reduzir os gastos com material de limpeza por m ² em 2% ao ano.		
2024	2025	2026
2%	2%	2%
Fórmula: [1 - (Gasto com material de limpeza por m ² no ano atual/ Gasto com material de limpeza por m ² do ano anterior)] *100 Gasto por m ² = ∑ despesa em reais (R\$) com material de limpeza/área total		
Unidade gestora: SGLOG/DEIOP		

Análise de desempenho

Com relação aos gastos com material de limpeza, a meta não foi atingida, uma vez que houve um acréscimo de 3,38%.

O cenário é de ativo, com relação aos gastos com material de limpeza, sendo certo que só foi observada redução durante os anos pandêmicos.

Já com relação aos gastos com o contrato de limpeza (R\$77.763.901,16), houve 6,91% de aumento, em relação a 2023.

Tal fato se justifica em razão da alta de preços de fornecedores, de acordo com o IPCA.

Dentre as atividades previstas no plano de ação, destaca-se:

- a realização de pesquisa de mercado para aquisição de materiais biodegradáveis de menor custo.

As alterações nas metragens de área contratada de limpeza ocorrem sempre que renovados os contratos de limpeza, ocasião em que são verificadas e recalculadas as metragens dos prédios.

Atualmente, a área contratada em 2024 é de: 1.010.576,28.

- Dentre as iniciativas tomadas no intuito de melhorar este indicador estão a busca pela modernização dos Contratos de Limpeza e Conservação.

A Divisão de Administração do Foro Central (DIFOR) e a Divisão de Apoio a Foros Regionais e do Interior (DIAFO) responsáveis pela fiscalização dos contratos de Limpeza e Conservação no TJRJ buscam constantemente proporcionar segurança e conforto aos usuários do Sistema Judiciário, com racionalização de recursos.

10. VIGILÂNCIA



Indicador CNJ	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada
Unidade de medida	Reais
Definição	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Segurança Institucional
Meta PLS	Conclusão dos estudos relativos ao cumprimento da Resolução 291/19 do CNJ sem aumento de despesas até 2023.

Série histórica (R\$)							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
33.713.118,99	31.306.639,05	33.713.118,99	32.334.746,91	34.698.980,34	28.916.859,09	30.731.242,17	R\$ 31.111.954,34
Meta atingida	Não se aplica						



Indicador de gastos com serviço de vigilância		
Atingir 100% da Resolução nº 435 de 2021 sobre Vigilância do CNJ.		
2024	2025	2026
100%	100%	100%
Fórmula:		
$[(1 - (\text{Gasto Total com serviço de vigilância no ano atual} / \text{Gasto Total serviço de vigilância no ano anterior})) * 100]$		
$\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância}$		
Unidade gestora: SGSEI		

Análise do desempenho

Nota-se a mudança na metodologia de cálculo da Resolução CNJ n. 400/2021 em relação à Resolução CNJ n. 201/2015, pois até 2019 a medição tomava por base o número de postos de trabalho e, a partir de 2020, o glossário passou a trazer o número de pessoas contratadas, o que pode provocar diferenças, pois um mesmo posto de trabalho pode ser ocupado por mais de uma pessoa, com revezamento em turnos.

Em 2023, havia 625 pessoas contratadas ao passo que em 2024 são 668 para 544 postos, sendo que, no TJRJ, não há vigilância armada.

Apesar de não haver meta prevista para esse indicador do CNJ, porquanto se trata de um indicador de monitoramento dos gastos com contratos de vigilância, preocupa o movimento de crescimento após ter sido alcançada redução em 2022.

Destaca-se a iniciativa constante no plano de ação do PLS de buscar alternativas de manutenção dos gastos com segurança, mesmo com a implementação de novos controles de acesso, mediante a análise de contratos visando à manutenção ou redução de custos, sem reduzir o investimento da instituição em segurança, limitando os gastos aos reajustes legais.

Os valores da série histórica não compreendem a vigilância eletrônica, que está apresentada separadamente abaixo por se tratar de indicador incluído na Resolução CNJ nº 400/2021.

Observa-se que 2024 alcançou o maior valor desde o início da medição (2021):

Gve - Gastos com contratos de vigilância eletrônica	2020	2021	2022	2023	2024
INDICADOR NOVO		R\$ 11.493.275,70	R\$ 8.967.499,92	R\$9.530.164,08	R\$ 13.984.370,27

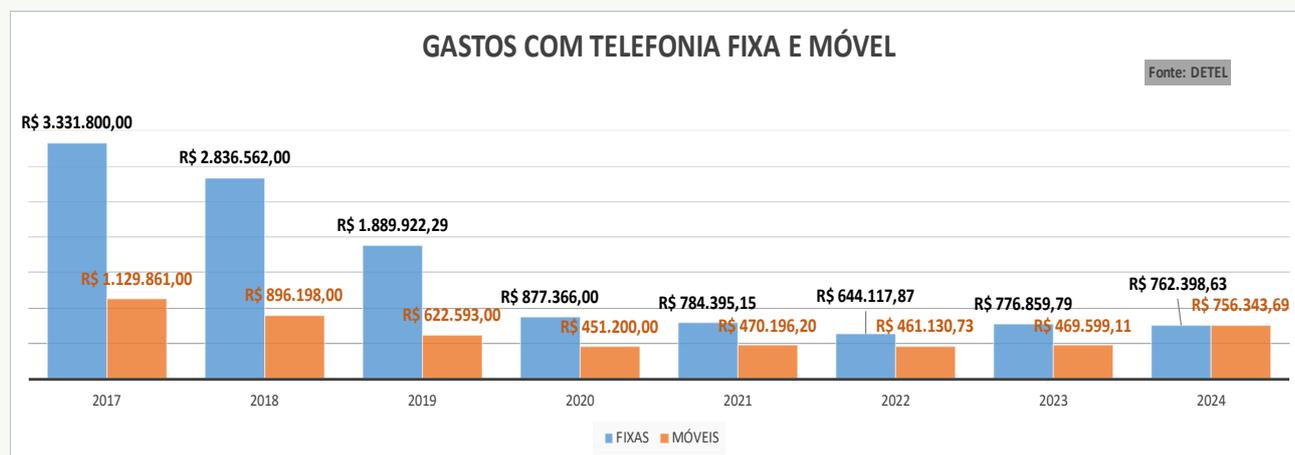


11. TELEFONIA



Indicador CNJ	Gasto com telefonia fixa e Gasto com telefonia móvel
Unidade de medida	Reais
Definição	Telefonia fixa - despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde) Telefonia móvel - despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Segurança Institucional
Meta PLS	Reduzir os gastos com telefonia fixa e móvel em 5% até 2026

Série histórica	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Linhas fixas (R\$)	2.836.562,00	1.889.922,29	877.366,00	784.395,15	644.117,87	776.859,79	762.398,63
Linhas móveis (R\$)	896.198,00	622.593,00	451.200,00	470.196,20	461.130,73	469.599,11	756.343,69
Meta atingida	Linhas fixas – SIM Linhas móveis – NÃO						



Indicador de redução dos gastos com telefonia		
Redução dos gastos com telefonia fixa e móvel em 5% até 2026.		
2024	2025	2026
1,5%	1,5%	2%
Fórmula:		
[1- (gastos com telefonia no ano atual/ gastos com telefonia no ano anterior)] X 100		
Unidade gestora: SGSEI/DETEL		

Análise do desempenho

A meta dos gastos com telefonia fixa foi atingida pois houve uma redução de 6,13% em relação ao ano de 2023.

Quantidade de linhas Telefonia Fixa	3.164
Quantidade de linhas Telefonia Móvel	2.258
Quantidade de ramais –Telefonia Fixa	13.321
Despesa por linha em Telefonia Fixa	R\$19,81
Despesa por linha em Telefonia Móvel	R\$56,89

Em relação às linhas móveis, ao contrário, o aumento de consumo foi de 75,9% de 2023 para 2024.

De acordo com a unidade responsável, ao final de 2019 foi realizada adesão à ata de registro de preços do Ministério do Planejamento, referente às linhas do Rio e Grande Rio, que finalizou em 2023, o que reduziu em 60% o custo do contrato a partir de 2019.

Durante a pandemia foi utilizado o desvio das ligações do fixo para o celular.

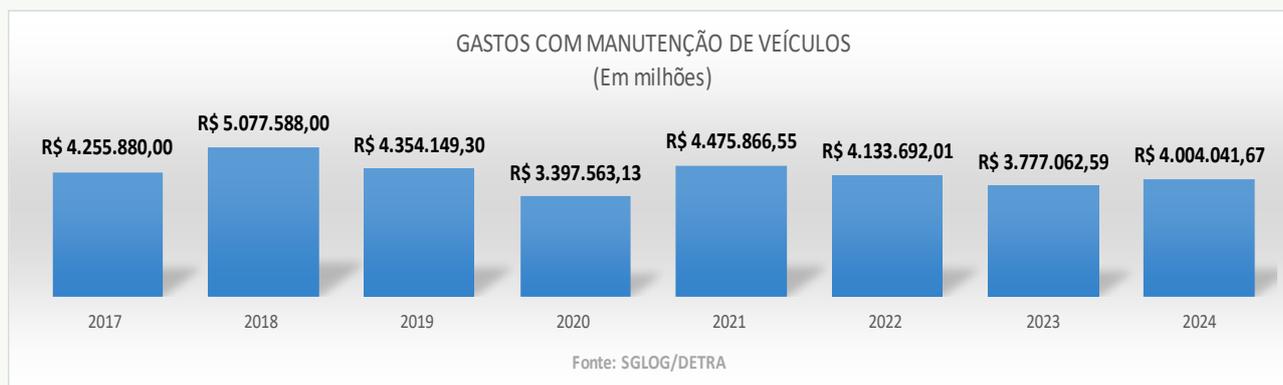
É importante lembrar que, o uso de outros equipamentos/instrumentos/mecanismos digitais e por internet estão sendo utilizados para receber e enviar mensagens.

12. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS



Indicador CNJ	Gasto com combustível
Unidade de medida	Real
Definição	Gasto com combustível para abastecimento de veículos movidos à gasolina, etanol, diesel, Gás Natural Veicular (GNV), hidrogênio e outros.
Unidade responsável pelos dados	SGLOG - DETRA
Meta PLS	Reduzir em 10% os gastos com combustível fóssil

Série histórica	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Combustível (R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A	5.203.313,41	5.782.381,25	5.130.219,14	5.310.644,00
Meta atingida	NÃO							
Observação	Não deve ser computado o consumo de combustível quando utilizado para funcionamento de máquinas (ex: geradores)							



Indicador de redução dos gastos com manutenção de veículos

Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10%,

2024

2025

2026

10%

10%

10%

Fórmula:

$$(1 - (\text{Gasto total com manutenção de veículos no ano atual} / \text{Gasto total do ano anterior})) * 100$$

$$\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$)}$$

Indicador de redução dos gastos com combustível

Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10%,

2024

2025

2026

10%

10%

10%

Fórmula:

$$(1 - (\text{Gasto total com veículos no ano atual} / \text{Gasto total do ano anterior})) * 100$$

$$\text{Gasto Total} = \sum \text{despesas em reais (R\$)}$$

Análise de desempenho

As metas não foram alcançadas.

Indicador criado pela Resolução 400/2021, motivo pelo qual não se aplica a série histórica.

A quantidade de veículos no TJRJ é de 718, sendo 513 de serviço e 205 de magistrados.

O quantitativo de veículos movidos à gasolina, etanol e flex é 679, ao passo que 39 consomem diesel.

O gasto com combustível foi de R\$5.130.219,14, em 2023 e R\$5.310.644,00, em 2024, refletindo um aumento de 3,5%.

O gasto com manutenção de veículos pelo PJERJ, em 2023, foi de R\$ 3.777.062,59, ao passo que em 2024 foi de R\$4.004.041,67.

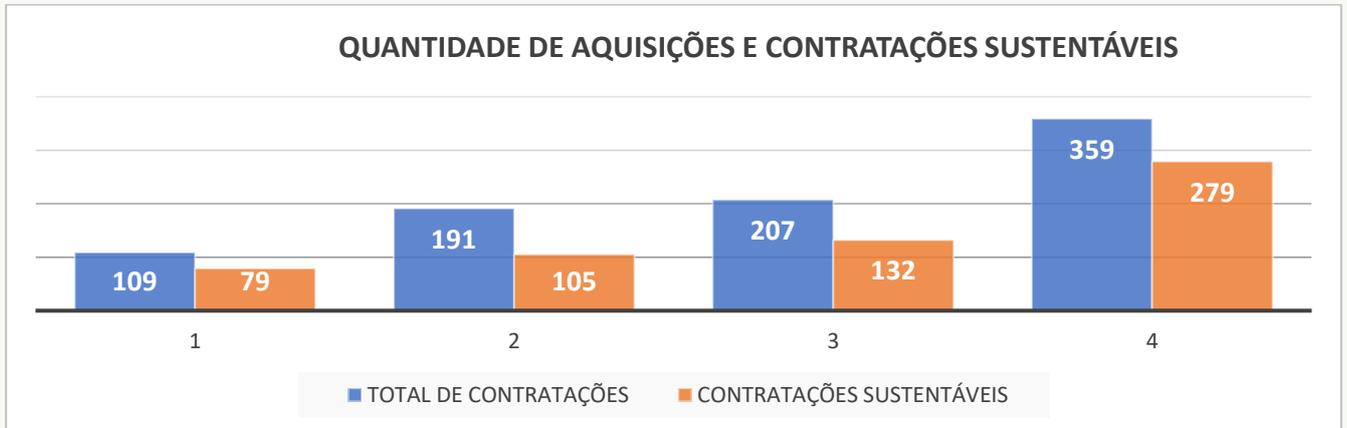
Dentre as atividades previstas no plano de ação destacam-se:

- Utilização do ETANOL em 10% dos veículos FLEX, 1.0 que atendem o serviço de expediente
- implementação da Portaria SGLOG/DETRA Nº 02/2024, que determinou o abastecimento de 10% dos veículos flex da frota com etanol.
- Implementação do sistema de abastecimento SISTRANSPWEB, que permite identificar rapidamente qualquer mudança no padrão de consumo e comunicar aos cessionários (através de e-mails) as alterações detectadas, objetivando apurar e tratar as possíveis causas;
- Detectar as alterações que tiveram origem em condutas negligentes no abastecimento. Os profissionais são instados a se manifestar para eventual aplicação das sanções cabíveis, tal ação visa promover a conscientização e a *accountability* no uso dos veículos, resultando em um consumo mais eficiente e em uma gestão mais eficaz da frota;
- Manutenção preventiva mediante agendamento regular dos serviços;
- Iniciativa de revisão de garantia volante dos veículos de representação obteve redução dos deslocamentos dos cessionários até as autorizadas e a realização dos serviços de revisão de forma mais ágil;
- Monitoramento dos veículos para evitar a perda da garantia de fábrica resultou na redução dos gastos com manutenção de veículos;
- Alienação por leilão de 30 veículos mais antigos, sendo 1 a diesel, cuja manutenção e reparos tornaram-se antieconômicas;
- Lavagem ecológica com redução de consumo de água, descartes conscientes e sustentáveis de resíduos;

13. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Indicador CNJ		Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base
Unidade de medida		Nº número de contratos celebrados com critério de sustentabilidade
Definição		quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade
Unidade responsável pelos dados		Secretaria Geral de Contratos e Licitações

Meta PLS	Manter em 2% ao ano o percentual de compras sustentáveis em relação ao total de compras
-----------------	---



SÉRIE HISTÓRICA:

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	109	191	207	359
ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	79	105	132	279
PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	%	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	72%	55%	64%	77,72

Indicador de aquisições e contratações sustentáveis		
Manter em 2% ao ano o percentual de compras sustentáveis em relação ao total de compras		
2024	2025	2026
2%	2%	2%
Fórmula:		
Compras sustentáveis do ano anterior – (Compras sustentáveis do ano/total de compras realizadas do ano) *100		
Unidade gestora: SGLOG		



Análise de desempenho

O indicador de percentual de contratações com uso de critério de sustentabilidade passou a ser medido com a edição da Resolução CNJ n. 400/2021. Conforme o art. 20 da Resolução, as unidades envolvidas no processo de contratação, em interatividade com a unidade de sustentabilidade, devem incluir práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente que compreendam, sempre que possível, os requisitos listados nos incisos I a V, que tratam da realização de estudos; de critérios de práticas de gestão sustentável; de impactos nos indicadores monitorados pelo PLS; formas de descarte adequadas; e compras compartilhadas.

A meta não só foi alcançada como foi superada.

Em 2024, dos 359 contratos realizados, 279 (77.7%) foram celebrados com critérios sustentáveis em seus respectivos projetos básicos ou termos de referência, ao passo que os percentuais eram de 55% e 64% em 2022 e 2023, respectivamente.

Nesse indicador, o TJRJ está em segundo lugar no ranking dos Tribunais de grande porte, há dois anos consecutivos, atrás apenas do TJRS.

A excelente colocação desse indicador, em 2024, (unidade responsável é a SGCOL) superior até a média dos Tribunais Estaduais 47% e 38%, em 2022, reflete o real compromisso deste Tribunal com a causa da sustentabilidade, apesar de, infelizmente, esse indicador não estar abarcado pelo IDS do CNJ, o que poderia melhorar a posição no ranking.

Cabe lembrar que a nova Lei de Licitações, n. 14.133/2021, traz entre os objetivos do processo licitatório o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

Ademais, no plano de ações já consta a previsão para inserir critérios de sustentabilidade nos editais e termos de referência, especialmente no tocante à gestão de resíduos.

Quanto ao Guia Verde, houve aumento de 7% de 2023 para 2024, alcançando 1076 itens.

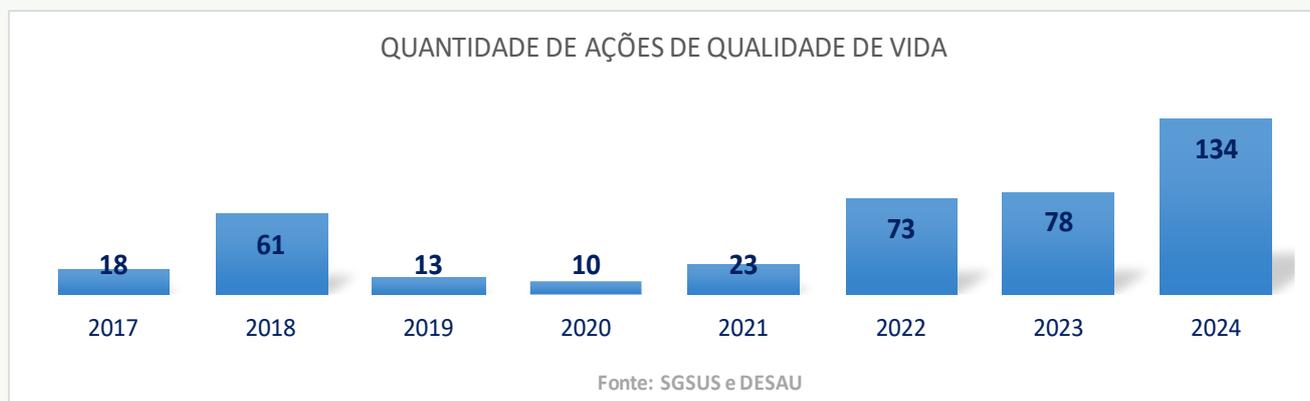
Como exemplo destaca-se a aquisição de papel fruto de madeira certificada.

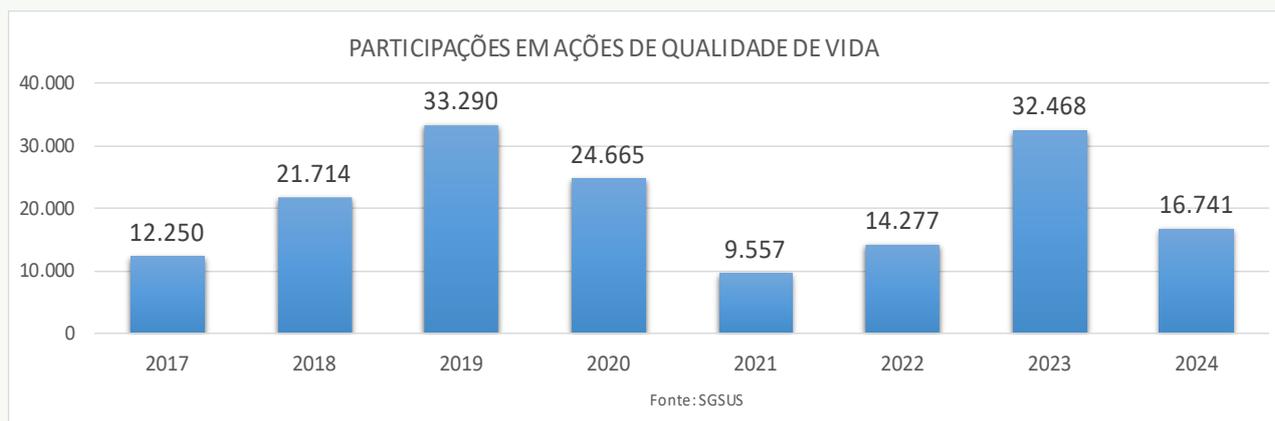
14. QUALIDADE DE VIDA



Indicador CNJ	Participações em ações de qualidade de vida
Unidade de medida	número de participantes
Definição	Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Pessoas/ Departamento de Saúde e unidades envolvidas com o tema.
Meta PLS	Realizar 18 iniciativas por ano que promovam a saúde e a QVT

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PVQ - Participação em ações de qualidade de vida	Número de ações	12.250	21.714	33.290	24.665	9.557	14.277	32.468	16.741
AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida	Número de ações	18	61	13	10	23	73	78	134





<i>Série histórica de participação</i>							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
12.250	21.714	33.290	24.665	9.557	14.107	32.468	16741
Meta atingida	SIM						

Indicador da quantidade de ações da QVT

Realizar 18 iniciativas por ano que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho

2024

2025

2026

6

6

6

Fórmula:

Resultado- número de iniciativas realizadas no ano, m número absoluto

Análise de desempenho

As ações de qualidade de vida no trabalho visam à motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores.

A meta foi atingida, tendo em vista que foram realizadas 134 ações em 2024, ao passo que no ano de 2023, foram promovidas 78 ações de Qualidade de Vida pelo PJERJ.

O total de participações em QVT, em 2024, foi de 16.741, sendo certo que na contabilização do indicador, são aferidas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base.

Após a pandemia, as participações passam a alcançar patamares mais elevados em razão das possibilidades de ações em modalidade remota e em eventos que são transmitidos por plataformas como o Teams. Em 2024, foram proporcionadas ações na modalidade EAD – Ensino à Distância ou por meio de palestras e seminários nas redes sociais.

Um destaque desta gestão, foi a criação do projeto da “Sala de Apoio à Amamentação”, (processo SEI nº 2023-06062722). A iniciativa da SGSUS/DESUS/DIGAM visa disponibilizar um espaço seguro e acolhedor para que as lactantes (servidoras e colaboradoras que retornam da licença maternidade) possam extrair e armazenar o leite durante o expediente funcional em condições adequadas de higiene e sanitização, ampliando o período de amamentação e gerando os comprovados benefícios para a saúde dos bebês e suas mães, uma vez que, segundo a OMS, a amamentação deve ser prolongada, pelo menos, até aos dois anos de idade. O leite materno excedente é doado para unidades neonatal da Rede Pública hospitalar.

Além disso, graças à parceria com a FIOCRUZ, o projeto Amamentação Sustentável possibilita que a lactante realize a doação do leite extraído que faz a distribuição e alocação do leite materno doado e o encaminha para bebês internados em UTIs neonatais. Desde a inauguração, foram doados aproximadamente 10 l ao banco de leite da instituição.

É importante destacar a relação do projeto “Amamentação Sustentável” com os ODS’s e a Sustentabilidade, pois, através da Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha, o projeto produz, dentre outros, um impacto ambiental positivo ao diminuir a dependência de fórmulas infantis, cuja produção, transporte e embalagem geram emissões de carbono e resíduos. A iniciativa, portanto, colabora com a promoção da sustentabilidade no âmbito do Judiciário, ao se enquadrar em 7 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A “Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha” foi certificada pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), em cerimônia realizada no dia 04 de novembro de 2024.

Ainda em 2024, a iniciativa “Amamentação Sustentável” foi uma das ganhadoras do 10º Prêmio de "Melhores práticas de Sustentabilidade", do Ministério do Meio Ambiente, na categoria Qualidade de Vida.

Outra inovação foi o projeto “Agosto Dourado” dedicado às ações que visam estimular o aleitamento materno e a conscientização sobre a importância da amamentação. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) promoveu a data na matéria link: <https://portaltj.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/402725926>.

Campanha de Coleta de Vidro: campanha para arrecadar vidros a serem utilizados para armazenamento de leite ordenhado na sala de apoio à amamentação do projeto “Amamentação Sustentável”.

- Ações realizadas pela Direção do Fórum Méier

- FEIRA DE PÁSCOA - Dias 26 e 27 de março de 2024
- FEIRA DE NATAL - Dias 03 e 04 de dezembro de 2024
- EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA THE LIGHTS - De 27 de novembro a 13 de dezembro de 2024
- CÍRCULO DE DIÁLOGO - TEMA: PROPÓSITO DE VIDA - 05 de março de 2024;

- CÍRCULO DE DIÁLOGO - EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA MULHER - TEMA: AUTOCUIDADO PROPÓSITO DE VIDA - 08 de março de 2024;
- WORKSHOP DAS EMPODERADAS SOCIAL - 22 de março de 2024;
- CÍRCULO DE DIÁLOGO - TEMA: EM QUE LUGAR VOCÊ ESTÁ NA PRATELEIRA DO AMOR? - 13 de junho de 2024;
- CÍRCULO DE DIÁLOGO - TEMA: VALORIZAÇÃO DA VIDA - 05 de setembro de 2024;
- CÍRCULO DE DIÁLOGO - TEMA: LUTO - 25 de setembro de 2024;
- CÍRCULO DE DIÁLOGO - TEMA: AUTOCUIDADO FEMININO - 14 de outubro de 2024;
- RODA DE CONVERSA SOBRE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA - 03 de dezembro de 2024;

Das 84 ações promovidas pelo Departamento de Saúde, destacam-se:

- Aplicação de QUESTIONÁRIO sobre política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do PJERJ, com 1.260 participantes;
- Projeto de Ginástica Laboral;
- Contratação de técnico de segurança;
- Apoio as ações de inclusão de pessoas com deficiência aposentados, dependentes e estagiários;
- Apoiar a aquisição de 100% de mobiliário e equipamento e desenvolvimento de layout ergonômicos;
- Adesão às campanhas de prevenção de doenças, como o Setembro Amarelo, Outubro Rosa, novembro Azul, infecções sexualmente transmissíveis, dengue;
- 5 Palestras de atenção à saúde mental;
- Palestra de atenção às emergências cardiovasculares;
- 5 Cursos de ergonomia;
- Exame médico periódico com 1281 participantes;
- Campanha de vacinação contra a gripe - VACINAÇÃO de 4142 pessoas da força de trabalho
- 49 Ações de Sensibilização (redes sociais);
- Criação do Serviço de Saúde Mental Ocupacional;
- Espaço TJ AMIL SAÚDE – parceria com a AMIL- assistência primária a saúde.

Em 2024, foram realizadas 25 palestras, com participação do DESAU, perfazendo o total de 4.244 participantes:

1. INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

– 31/01/24 - 104 concluintes

Palestrante: Danielle Provençano Borghi (médica DESAU)

2. Programa de Integração Funcional-QUAIS SÃO AS AÇÕES DO DESAU

- Palestrante: Ivany T. R. Yparraguirre (médica DESAU)

– 06/02/24 – 161 concluintes

– 30/04/24 – 88 concluintes

3. 1º ENCONTRO DO PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA PARA MAGISTRATURA

– 14 a 17/03/2024 – 35 magistrados

Instrutores: Amelia Cristina e M. Araci (psicólogas DESAU)

4. ERGONOMIA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

– 12 a 19/03/24 - 26 participantes

– 02 a 09/05/24 - 33 concluintes

– 04 A 11/07/24 - 172 concluintes

– 02 a 06/09/24 - 18 concluintes

Palestrante: Ivany T. R. Yparraguirre (médica DESAU)

5. DENGUE - O QUE HÁ DE NOVO?

– 20/03/24 - 618 concluintes

Palestrante: Danielle Provençano Borghi (médica DESAU)

6. SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

– 10 a 19/04/24 - 33 concluintes

– 25 a 27/06/24 - 32 concluintes

– 20 a 27/08/24 - 25 concluintes

– 01 a 08/10/24 - 24 concluintes

– 03 a 10/12/24 - 28 participantes

Palestrante: Amélia Cristina Dominguez Alvarez (psicóloga DESAU) –

7. AMIL ESPACO SAÚDE E PROGRAMAS

– 11/04/24 – 585 concluintes

Palestrante: Danielle Paradelas (AMIL)

8. COGEN - MATERNIDADE E TRABALHO – DISCRIMINAÇÕES ENFRENTADAS PELAS MULHERES

– 25/04/24 - 681 concluintes

Palestrante: Palestrante: Flavia (Assistente Social DESAU)

9. DIA DO ORGULHO AUTISTA

– 18/06/24 – 491 concluintes



Palestrante: Marília Batarra Lima (AMIL)

10. COGEN - MERCADO DE TRABALHO E MATERNIDADE ATÍPICA

– 26/06/24 - 162 concluintes

Palestrante: Flávia (Assistente Social DESAU)

11. APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL OCUPACIONAL – SESAM

– 09/07/24 - 424 concluintes

Palestrantes: Amélia Cristina Dominguez Alvarez (psicóloga DESAU)

12. CURSO EMERGÊNCIAS CARDIOVASCULARES PARA DESAU - CAPACITAÇÃO DESAU

– 01 A 30/09/24 – 34 concluintes

Instrutores – Médicos DESAU – Tatiana, Larissa, Octavio e Marcio

13. CURSO PRESENCIAL FORMAÇÃO DE INSTRUTORES EM ERGONOMIA E QVT

– 18/10/24 – 3 concluintes

Palestrante: Ivany T. R. Yparraguirre (médica DESAU)

14. 2º ENCONTRO PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA PARA MAGISTRADOS

– 17 a 20/10/2024 - 26 magistrados

Instrutores: Amélia Cristina e M. Araci (psicólogas DESAU)

15. SAÚDE DA MULHER x MENOPAUSA

– 18/10/24 - 99 concluintes

Palestrante: (AMIL)

16. CAPACITAÇÃO RÁPIDA PARA INSTRUTORES ESAJ

– 22 E 23/10/24 - 4 concluintes

Palestrante: Ivany T. R. Yparraguirre (médica DESAU) e Amélia Cristina D. Alvarez (psicóloga DESAU)

17. SONO, ESTRESSE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO

– 29/10/24 – 338 concluintes

Palestrante: Priscilla Bedeschi Araújo (médica psiquiatra DESAU)

No dia 24 de abril, foi realizado o seminário AA: “Alcoolismo e Família”, com a presença dos palestrantes: psicólogas Elys Chargel e Patrícia Glycério, mediadora do TJRJ Célia Passos e depoimentos pessoais de membros do AA e AL-ANON e no dia 25 de setembro

foi realizada mais uma edição do Seminário com o tema “Alcoolismo na Juventude”, ao todo, 1605 pessoas participaram dos encontros deste ano.

Com relação as **AÇÕES SOLIDÁRIAS** que visam promover a prática da solidariedade entre os colaboradores, em 2023, foram realizadas 16 ações, ao passo que em 2024, foram **20**, com os seguintes destaques:

- A Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), em parceria com a SGSUS, realizou duas campanhas no Fórum da Capital, para a doação de produtos de necessidade básica para os animais entre os dias 18 e 21 de junho e nos dias 10 a 13 de dezembro o total de vendas de itens foi de R\$ 7.342,00 na primeira campanha.
- Em comemoração ao movimento internacional de conscientização para o controle do câncer de mama, com a instalação de um ponto de coleta nas dependências do Tribunal e foram arrecadadas 124 doações distribuídas em: 60 mechas, 1 aplique, 3 perucas, 9 toucas, 4 faixas, 23 turbantes e 24 lenços, com 41 participantes.
- Houve uma campanha para obtenção de brinquedos novos, realizada no mês de dezembro, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde. Todos os brinquedos arrecadados são distribuídos para crianças/adolescentes internados nas unidades públicas de saúde. Foram arrecadados e distribuídos 384+ brinquedos.
- Em parceria com o Instituto Herbert Viana (UERJ) foi realizada campanha de cadastramento de doadores de medula óssea no dia 30 de abril e obteve o cadastro de 46 doadores.
- Em parceria com o HEMORIO, a SGSUS promoveu duas campanhas de doação de sangue, além de palestras nos dias 20 de março e 28 de agosto, respectivamente com a coleta de 84 bolsas de sangue e de 95 bolsas.
- Campanha de arrecadação de roupas masculinas

A Campanha tem por objetivo arrecadar roupas masculinas para homens que se encontram em situação de rua. A ação foi uma iniciativa da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), e essa foi a primeira vez que realizamos uma ação desta natureza.

São válidas, para a doação, roupas limpas e em bom estado de conservação, como camisas, calças, bermudas, meias, cuecas, sapatos, casacos e semelhantes. Todas as peças foram entregues ao Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua e Vulneráveis (CIPOP-RUA/RJ), que reúne diversos serviços prestados pelo Judiciário fluminense e órgãos federais, estaduais e municipais, como inscrição em programas sociais, registro civil, rede de moradia, entre outros. A ação ocorreu entre os meses de maio e junho de 2024

- Campanha Mc lanche feliz – foram vendidos 569 tickets;

A campanha consiste na captação de recursos por meio da venda antecipada de tickets para aquisição do Bic Mac na rede Mc Donald. A renda obtida é destinada a instituições de apoio à luta contra o câncer infanto-juvenil. A campanha é realizada, no Fórum Central, no Fórum Regional da Barra e do Méier.

Realizada nos dias 07, 14, 21 e 22 de agosto com a venda de 569 tickets

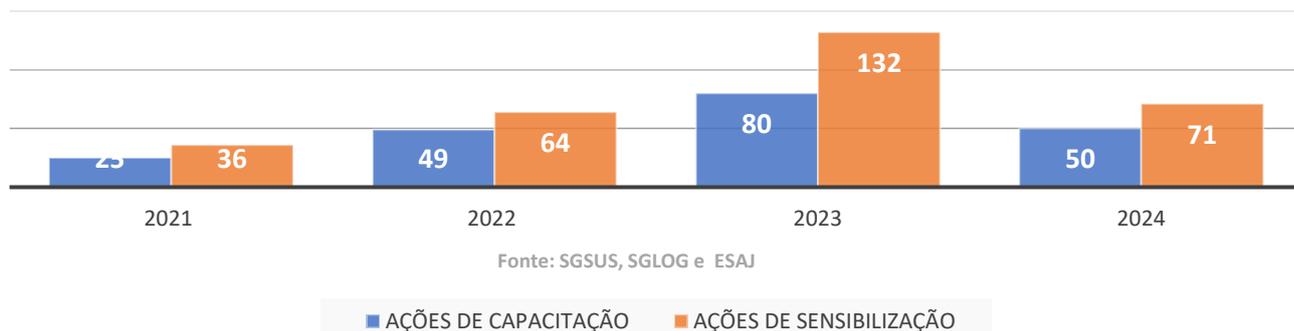
- Campanha de Solidariedade para as vítimas das chuvas - janeiro 2024 - Realizadas Pela Direção Do Fórum Méier;
- SOS RIO GRANDE DO SUL - Maio de 2024 - Realizadas pela Direção Do Fórum Méier

15. CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

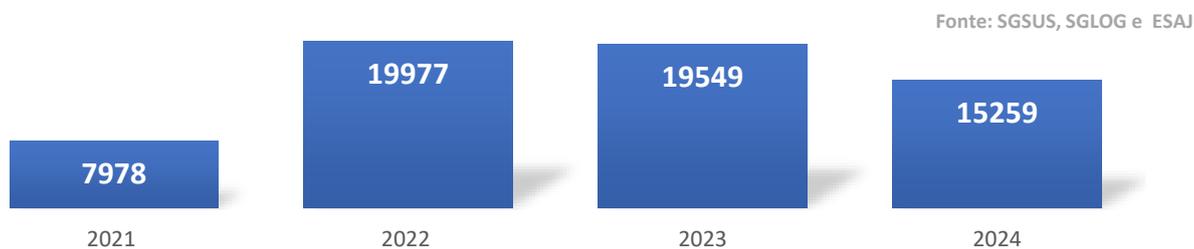
Indicador CNJ	Ações de capacitação em sustentabilidade Ações de sensibilização
Unidade de medida	Número de ações
Definição	Ações de Capacitação: Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros. Ações de sensibilização: quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.
Unidade responsável pelos dados	Escola de Administração Judiciária - ESAJ, SGSUS e demais unidades envolvidas com o tema.
Meta PLS	Aumentar as ações de capacitação e sensibilização em 10% ao ano até 2023.
Observação	Na Resolução 201/2015 o indicador de ações de capacitação considerava as ações de sensibilização. A partir do advento da Resolução CNJ 400/2021, os indicadores foram separados. No entanto, para fins de atendimento à meta do PLS-TJ e análise da série histórica os indicadores de capacitação e sensibilização foram computados juntos nesse exercício.

<i>Série histórica</i>							
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
19	36	91	53	61	113	212	121
Meta atingida	SIM						

QUANTIDADE DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE E AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Indicador da ampliação de ações de capacitação e sensibilização

Promover ações de capacitação e sensibilização anualmente em 10% dos servidores do TJRJ

2024

2025

2026

10%

10%

10%

Fórmula:

Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano / total de servidores da instituição) x 100

Unidade gestora: ESAJ

Análise de desempenho

A meta foi atingida.

As ações de capacitação socioambiental são essenciais para o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional que visa estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.

É por meio dessa prática que os órgãos podem melhorar os indicadores e as metas propostas no Plano de Logística Sustentável.

Foram realizadas 71 ações de sensibilização e 50 ações de capacitação, com alcance de 15259 colaboradores e que corresponde a uma diminuição de 61% no indicador em relação ao ano de 2023 em razão da retirada do cômputo do indicador equidade/diversidade. Entretanto, houve aumento de participações, tanto nos cursos da ESAJ, quanto nas palestras da SGSUS/DIGAM.

Destacam-se as seguintes atividades:

Cursos e Palestras promovidas pela ESAJ

- Capacitação e atualização em Direito Ambiental;
- Noções de Gestão Ambiental;
- Coleta seletiva solidária e responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- Diálogos sustentáveis entre o ontem e o amanhã do Direito Ambiental;

Com relação ao percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade da ESAJ em relação à força de trabalho total do órgão: $6.448/11.334 = 56,89\%$.

10 Palestras foram promovidas pela COSUS/SGSUS/DESUS/DIGAM em 2024 com total de 4.553 participantes.

- Palestra no Programa de Integração Funcional em 05/02/2024 -180 participantes
- Palestra “Arborização urbana” em 17/04/2024 – com a Engenheira Priscila Martinelli, com 1402 participantes via Teams;
- Palestra “Conscientização contra a crueldade Animal” em 30/04/2024. Palestrante: Dra. Isabele de Loys, com 1700 participantes via Teams;
- Palestra no Programa de Integração Funcional em 02/05/2024- 88 participantes;
- Palestra “Iniciativas Sustentáveis da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social” em 12/06/2024. Palestrante: Luiz Felipe Fleury Correa, com 10 participantes presenciais e 735 participantes via Teams;
- Encontro da Rede A3P no TJRJ, em 14/06/2024, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e o Coordenador da rede, Sr. Pablo Saldo. 19 participantes;
- 41ª edição do projeto Vamos Falar Sobre isso? Macro tema ‘Emergências Climáticas’: Governança Global e Tragédias Climáticas no contexto fluminense. Palestrantes: Sra. Mariana Galdino, Sr. Luiz Felipe Fleury, Sr. Paulo Silva, com 80 participantes presenciais, realizado 29/08/2024;
- Palestra “Entendendo o processo de luto”, em 12/09/2024. Palestrante: Sra. Marcia Torres, com 45 participantes presenciais;
- Seminário em comemoração aos 45 anos do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro-CPRJ, uma parceria com o INEA., 10/10/2024, com 100 participantes;

- Seminário sobre os desafios e o enfrentamento das mudanças climáticas, em 12/11/2024- Evento paralelo ao G20-oficial- 194 participantes;

- Ações de Sensibilização

Foram realizadas 59 ações de sensibilização, dentre as quais, destacam-se:

- Exposições sustentáveis:

Exposição de Marcos Lanzieiro no Museu de Niterói. Exposição “Arte e Sustentabilidade: A reconstrução do olhar” - Museu Niterói: 210 visitantes;

Exposição sobre o tema Bueiro de outro artista plástico. Exposição "Gargantas Urbanas"- Espaço de Arte Deocleciano Martins, Lâmina III - 164 visitantes;

Exposição de Marcos Lanzieiro no TJRJ-G20 - 50 visitantes;

- Campanhas de coletas de resíduos (tampinhas, lacres, eletrônicos);

Campanha de coleta de cartões plásticos para descarte correto: “Papa Cartão” (4 mil cartões = 20kg em 2023);

- Divulgação eletrônica dos eventos em substituição aos cartazes de papel - banners;
- 15 Feiras orgânicas realizadas em 2024 nas dependências da sede do TJRJ e 1 do Fórum do Meier;
- Confecção pelo artista plástico André Rongo de caixa para doação grafitada “DOE TJRJ” com o objetivo de sensibilizar o corpo funcional para a coleta de resíduos, principalmente o eletrônico.

PRÊMIO “PARCEIROS DA SUSTENTABILIDADE”:

O prêmio foi idealizado pela DIGAM com o intuito de reconhecer as pessoas que se destacaram por contribuir para o êxito dos programas de sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). A cerimônia de premiação foi realizada em 23/09/2024 e dividida em três categorias: “Reciclagem”, “Exposições Sustentáveis” e “Eventos Sustentáveis”. Os troféus, feitos com madeira de móveis do TJRJ reaproveitados, foram desenvolvidos em parceria pela equipe da marcenaria, pelo Departamento de Comunicação Interna e pela Divisão de Gestão Ambiental do Departamento de Sustentabilidade (DESUS).

A iniciativa visa sensibilizar a força de trabalho para as políticas institucionais de sustentabilidade, estimulando a participação e o engajamento de todos nas ações socioambientais desenvolvidas pela SGSUS, com base na Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

CERIMÔNIA PELO DIA DA TERRA (22 DE ABRIL):

O evento, realizado no dia 17 de abril de 2024, foi marcado pelo plantio de uma muda de Ipê Amarelo em frente à entrada do Fórum Central do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro e contou com as presenças da presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade do TJRJ, Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves, e do secretário-geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social – SGSUS, senhor Antônio Francisco Ligiero, do Diretor do Departamento de Sustentabilidade Felipe Fleury e da Diretora da Divisão de Gestão Ambiental Cláudia Schkrab.

DIA MUNDIAL SEM CARRO:

O TJRJ incentiva o uso da bicicleta: O dia 22 de setembro, “Dia Mundial sem Carro”, é uma data internacional para que haja a reflexão sobre o uso excessivo dos automóveis e as consequências desse hábito para o meio ambiente e a qualidade de vida de todos. Dessa forma, foi veiculada notícia no site do TJRJ divulgando o uso do bicicletário do TJRJ pelos servidores e colaboradores. Veja a relação de fóruns com bicicletários em <https://portaltj.tjrj.jus.br/institucional/projetosespeciais/gestao-ambiental/biciclet%C3%A1rios-nos-f%C3%B3runs-do-tje>

DOAÇÃO DE MUDAS E SEMENTES:

Em 2023, foram distribuídas 200 mudas e 200 sementes; já em 2024, foram distribuídas 864 sementes de goiaba, ipê-amarelo e urucum, doadas pelo Programa Socioambiental Replantando Vidas, no Viveiro Guandu-CEDAE, com o objetivo de promover a mitigação dos efeitos climáticos provocados pelo acúmulo de gases poluentes na atmosfera, visto que o carbono estocado por uma árvore resulta em aproximadamente 130 kg CO₂ (espécies da Mata Atlântica) e 222 kg CO₂ (espécies da Floresta Amazônica), ao longo de 30 anos. Podemos dizer então que cada árvore sequestra, respectivamente, 4,3 kg e 7,4 kg de gás carbônico a cada ano.

MÊS DO MEIO AMBIENTE:

Em comemoração ao mês do meio ambiente que acontece em junho, a SGSUS, através do Departamento de Sustentabilidade, por meio da Divisão de Gestão Ambiental, promoveu, desde 2023, uma série de atividades reunidas em um calendário de eventos. Em 2024, as ações estão elencadas no banner como:

- Troca de Livros- edição especial: em 2024, foram realizadas 75 edições e recebeu 1.510 participantes
- Feira orgânica – edição especial no mês do meio ambiente e mais 15 edições ao longo do ano.

Alimentos orgânicos são aqueles produzidos sem o uso de agrotóxicos sintéticos, transgênicos ou fertilizantes químicos. A SGSUS promove a Feira de Produtos Orgânicos

e Naturais na Lâmina I do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A feira ora citada é realizada em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Os alimentos orgânicos são vendidos por produtores certificados pela ABIO, de acordo com mecanismos específicos da legislação brasileira, a exemplo do Sistema Participativo de Garantia (SPG), o qual envolve todos os componentes de rede de produção orgânica, atendendo às normas de preservação ambiental e estimulando o desenvolvimento sustentável. A feira teve uma edição em 20 de fevereiro, uma edição no dia 2 de março, 02 de abril, 7 de maio, nos dias 04, 11 e 12 de junho, 02 de julho, 06 de agosto, 03 e 17 de setembro, 01 e 15 de outubro e 05 de novembro.

- ementário de Direito Ambiental no mês do meio ambiente
- distribuição de livros de sustentabilidade- 150 livros

NOTÍCIAS VEICULADAS NO SITE DO TJRJ

Nos termos da Resolução 400 de 2021, são indicadores de Ações de sensibilização: quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.

Foram veiculadas matérias e informativos regulares, de cunho ambiental, no sítio eletrônico e nas redes sociais do TJRJ. no site do TJRJ promovidas pelo DEUS/DJGAM como divulgação dos eventos realizados pela Comunicação do PJERJ, em 2024, 35 notícias.

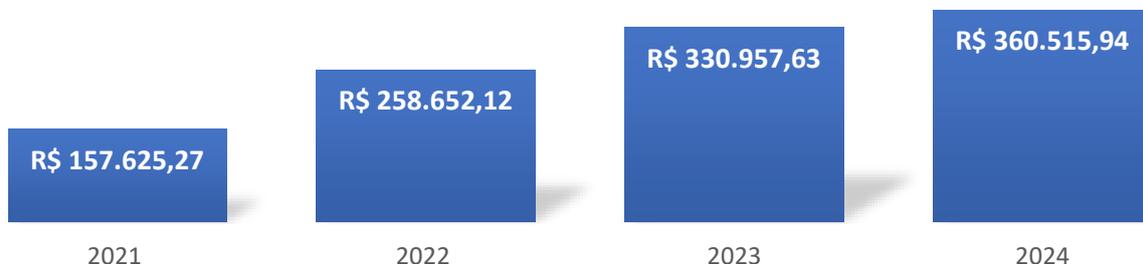
Podem ser acessadas pelo link: <https://portaltj.tjrj.jus.br/not%C3%ADcias2>

16. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Indicador CNJ	Consumo papel próprio
Indicador	Indicador de racionalização de gastos com serviço gráfico
Unidade de medida	Unidade
Definição	Iniciativas que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com serviços gráficos.
Unidade responsável pelos dados	DECOI
Meta PLS	Realizar 15 iniciativas, até 2026, que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com serviços gráficos.
Observação	Faz parte do indicador de papel no CNJ

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	157.625,27	258.652,12	330.957,63	360.515,94

GASTOS COM SERVIÇOS GRÁFICOS NO PERÍODO-BASE



Fonte: DECOI

Meta atingida	SIM
----------------------	------------

Indicador de racionalização de gastos com serviço gráfico			
Realizar 15 iniciativas, até 2026, que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com serviços gráficos.			
2024	2025	2026	
5	5	5	
Fórmula: Resultado = número de iniciativas realizadas no ano, em número absoluto			
Unidade gestora: SGSUS			

Análise de desempenho

A meta foi atingida, considerando que foi incluído um novo indicador IDS CNJ (Resolução nº 400/21): Gastos de papel per capita, com o cômputo do gasto total com papel, somando o gasto com papel próprio, com serviços gráficos, em relação ao total de trabalhadores (as) do órgão, incluindo magistrados (as), servidores (as) e profissionais do quadro auxiliar. Fórmula: (GPP+GCGraf) / FTT.

Considerando que os Tribunais de Justiça dos Estados foram os que mais fizeram uso de serviços gráficos, os quais abrangem impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros e que a Justiça Estadual gastou quase 9 milhões, ou seja, 63,3% das despesas da Justiça dessa natureza, sendo que neste ramo de justiça concentra-se 68% da força de trabalho (pág. 44 do 8º Balanço de Sustentabilidade).

Considerando que o objetivo da meta é capacitar e sensibilizar o maior número de servidores para a redução da utilização do serviço gráfico e para a ampliação da utilização de mídias digital.

Com relação as iniciativas que promoveram a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com serviços gráficos, destacam-se:

1. Em razão da Resolução TJ/OE nº 11/2024, publicada em 21/05/2024 que alterou a Resolução TJ/OE nº 04/2023, o Serviço de Programação e Produção Gráfica – SEGRA deixou de ser subordinado ao Departamento de Patrimônio - DEPAM/SGLOG e passou a integrar a estrutura do Departamento de Comunicação Interna - DECOI do Gabinete da Presidência;
2. Tendo em vista que no ano de 2023 foi apurado o valor de R\$330.957,63 enquanto a despesa com serviços gráficos no ano anterior, 2022, foi na ordem de R\$258.652,12, foram emitidos pareceres nos Processos instaurados sobre o tema para limitar a quantidade de utilização dos serviços gráficos;
3. Divulgação Eletrônica: utilização do TOTEM de divulgação do DECOI como alternativa à impressão de cartazes para divulgação de palestras e eventos;
4. Substituição de todas as placas de papel fixadas nas paredes por placas de vidro com letras em adesivo (comunicação visual);
5. Preferência na divulgação por e-mail dos eventos da Secretaria de Sustentabilidade ao invés da utilização de cartazes.

Entretanto, com relação as despesas com uso de serviços gráficos, que abrangem, dentre outros, impressão de banners, credenciais, convites, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros foram de R\$360.515,94, em 2024, maior que em 2023, que foi de R\$330.957,23.

17. EQUIDADE E DIVERSIDADE

As ações de capacitação no âmbito da instituição são essenciais para o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional que visa estimular de forma contínua, a responsabilidade com equidade e diversidade, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.

Considerando que a Resolução 550 do CNJ estabelece medidas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades e tratamento a pessoas discriminadas em função da cor, raça, etnia, origem, sexo, deficiências, idade, crenças e orientação sexual;

Considerando que o Plenário do CNJ ratificou o entendimento de que o aumento da participação feminina em cargos de decisão fortalece a diversidade e a pluralidade de perspectivas nas decisões judiciais. A meta foi alcançada.

da diversidade.

Indicador da ampliação da equidade e da diversidade		
Realizar 15 iniciativas até 2026 que promovam a sensibilização sobre a temática da equidade e da diversidade no TJRJ.		
2024	2025	2026
5	5	5
Fórmula: Resultado = número de iniciativas realizadas no ano, em número absoluto		
Unidade gestora: SGSUS		

Com relação às iniciativas que promoveram a capacitação (23) e sensibilização (19) da temática da equidade e diversidade destacam-se:

1. Certificação pelo Ministério da Saúde da Sala de apoio à amamentação da mulher que trabalha no TJRJ;
A iniciativa da DIGAM, com a criação da Sala no TJRJ, oportuniza a igualdade de gênero à mulher lactante que trabalha no TJ, uma vez que, confere um lugar seguro para a extração do leite materno;
2. Seminário sobre os desafios e o enfrentamento das mudanças climáticas com foco nas mulheres, em 12/11/2024- Evento paralelo ao G20-oficial- Mulheres em Pauta (parceria COGEM/COSUS);
3. Participantes de projetos - “Inclusão Legal” - O Projeto Inclusão Legal tem por objetivo atender a diversos segmentos da nossa sociedade, oferecendo a oportunidade de inclusão através do trabalho nas diversas Unidades Organizacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Os participantes são acompanhados pela equipe técnica e lotados nas diversas Unidades Organizacionais para o exercício profissional. Público Alvo

- Pessoas com vulnerabilidade e risco social;
 - Vítimas de violência doméstica;
 - LGBTQIA+;
 - Parceria com o Jardim Botânico para o encaminhamento de jovens capacitados para o trabalho de jardinagem;
 - Maiores de 18 anos;
 - Escolaridade: a partir da 7ª série do Ensino Fundamental II.
4. 21/05/2024 – Oficina de Amarração de turbantes. O objetivo da oficina é desmistificar preconceitos e fortalecer o respeito à diversidade.;
 5. 24/05/2024 – Sarau do Museu – Cristiane Sobral: um grito negro e feminino de resistência. Espaço realizado com o objetivo de promover a leitura de poesia, bem

- como reflexões críticas acerca do Dia da Abolição da Escravatura, estabelecido a partir da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888;
6. Lançamento da Cartilha da Diversidade - 28/06/2024 produzida pelo Fórum Permanente do Direito da Antidiscriminação da Diversidade Sexual, com apoio do NUPEGRE
 7. Troca de livros no Museu da Justiça de Niterói “Pensamento Espiral: um diálogo sobre a vida de Chica da Silva” - 09/07/2024;
 8. 16/07/2024 - A exposição “Consciência e visibilidade: caminhos de luta por liberdade” foi aberta no Espaço de Arte Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira Filho, hall da Lâmina III do Fórum Central. A apresentação é uma parceria entre o Museu da Justiça do Rio e a Universidade Salgado de Oliveira. A Mostra pode ser acessada pelo site: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/museu/consciencia-e-visibilidade>;
 9. Educativo do Museu – Oficina tecendo memórias-23/07/2024;

23/07/2024 – Educativo do Museu – Oficina tecendo memórias. A partir das possíveis origens do Turbante e seus significados, a oficina objetivou a oportunizar o encontro das pessoas com esse conhecimento ancestral e a promoção da autoestima; a observação dos padrões geométricos e o reconhecimento das texturas de cada tecido;
 10. Edição do Circuito Cultural Pequena África
 - 12/04/2024 - Edição do Circuito Cultural Pequena África realizados com a Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), com a participação de 28 integrantes dos projetos sociais “Começar de novo”, “Inclusão Legal” e “Justiça pelos Jovens”. Acesso em: Circuito Cultural do TJRJ leva integrantes de projetos de inclusão social a pontos históricos dos negros no Centro do Rio - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
 - 10/05/2024 - Edição do Circuito Cultural Pequena África realizados com a Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), com a participação de 28 integrantes dos projetos sociais “Começar de novo”, “Inclusão Legal” e “Justiça pelos Jovens”
 - 25/05/2024 – Trilha da memória: uma jornada pela Pequena África. Evento criado pelos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação de 1º e 2º graus (COGENs) com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre a história das raízes escravagistas do Rio de Janeiro.
 - 14/06/2024 – 6ª Edição do Circuito Cultural Pequena África realizada com a Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), com a participação de 23 integrantes dos projetos sociais “Começar de novo”, “Inclusão Legal” e “Justiça pelos Jovens”;
- 

- 16/08/2024 – 11ª Edição do Circuito Cultural Pequena África realizados com a Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), com a participação de integrantes dos projetos sociais “Começar de novo”, “Inclusão Legal” e “Justiça pelos Jovens”. Acesso em: PJERJ promove circuito cultural no Santuário Cristo Redentor e na região da Pequena África - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (tjrj.jus.br)
 - 21/09/2024 - Realizada a 2ª Trilha da Memória – Uma jornada pela pequena África. Evento promovido pelos Cogens e conduzido pela servidora Tatiana Lima Brandão, mestranda em Administração pela Universidade Federal Fluminense e historiadora. Estiveram presentes nesta edição mais de 90 pessoas, incluindo magistrados, servidores e a Defensora Pública da União Natália von Rondow;
11. 13/11/2024 - no Salão do Tribunal Pleno do Museu da Justiça de Niterói, o artista visual e curador de arte, Joel Vieira foi o entrevistado do projeto “Museu é Arte” sobre o conceito Afro acessibilidade;
 12. 14/11/2024 – Em celebração ao mês da Consciência Negra, o Departamento de Gestão do Conhecimento divulgou o Ementário Temático do mês com a temática do Racismo, destacam-se casos que ilustram a ocorrência de injúria racial e racismo em diferentes contextos. O documento é elaborado pelo Serviço de Pesquisa, Análise e Publicação da Jurisprudência (SEPEJ) da Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento (DICAC);
 13. 21 e 22/11/2024 – Participação do TJRJ no 7º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros (ENAJUN) e 4º Fórum Nacional de Juízas e Juizes contra o Racismo e todas as formas de Discriminação (FONAJURD);
 14. 26/11/2024 – Encontro “Seminário Justiça, Políticas Públicas e Antirracismo”, organizado conjuntamente pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM), do GT-Mulheres Negras e os Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGEN-1º GRAU e COGEN-2º GRAU);
 15. 26/11/2024 – Gestora do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, juíza Leidejane Chiesa, e o desembargador Wagner Cinelli, coordenador dos COGENs, realizam cerimônia na Sala Multiuso do Museu da Justiça para entrega de 300 cartilhas (do total de 2 mil) intitulada 'Direitos dos Povos Tradicionais de Matriz Africana', para Arethuaza Dória;
 16. 30/11/2024 – realização da 3ª Trilha da Memória e 4ª edição da Caminhada Negra, promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, guiada pela servidora Tatiana Brandão;

17. 04 e 05/12 – Representação do TJRJ no I Simpósio Internacional pela Equidade Racial: Brasil, Estados Unidos e África do Sul, em Brasília no Superior Tribunal de Justiça;
18. 05 e 06/12 – Representação do TJRJ no evento “Entre o som e o silêncio: a Lei e os Direitos dos povos de terreiro”, junto a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública da União, no Rio de Janeiro;
19. 06/12/2024 – Evento “Equidade Racial no Judiciário brasileiro: avanços e desafios” realizado pelo Fórum Permanente Direito e Relações Raciais. O conteúdo do evento pode ser acessadas pelo canal da EMERJ no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=NwmhJI5OQDk>;
20. 10/12/2024 – V Prêmio EMERJ Direitos Humanos, com homenagens à Lúcia Xavier, Rene Silva, Tia Surica e Tuany Nascimento
21. 11/12/2024 – Prêmio EMERJ Consciência Negra 2024 – Troféu Esperança Garcia, com premiação de Zezé Mota e de João Paulo Conceição.
22. 19/12/2024 – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro realiza cerimônia de entronização do Oxê de Xangô, simbolização de representante de religiões de matrizes africanas Xangô é o orixá da justiça. O Oxê de Xangô está exposto entre os auditórios Desembargador Antonio Carlos Amorim e Desembargador Nelson Ribeiro Alves, localizados no Fórum Central do Poder Judiciário fluminense, no Centro do Rio;
23. Ações realizadas pelo CEJUSC – Méier:
 - Círculo de Diálogo - Tema: Relações Tóxicas - Você Sabe Identificar? - 09 de maio de 2024;
 - Círculo de Acolhimento de Violência Doméstica - todo mês;
 - Círculo de Acolhimento para Refugiados - 10 de outubro de 2024;
24. Palestras nas áreas de equidade e diversidade realizadas pelo Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN) e pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)-elencadas abaixo:

Eventos temática LGBTQIA+

1. 17/05/2024 – Palestra realizada pelo Fórum Permanente de Direito da Antidiscriminação da Diversidade Sexual: “Confrontando a homofobia e transfobia: desafios globais e caminhos para a igualdade”. O conteúdo da palestra pode ser

acessado pela página da EMERJ no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=KxAiV-CMfqQ>;

2. 28/06/2024 – Evento realizado pelo Fórum Permanente Estudos Constitucionais, Administrativos e de Políticas Públicas Professor Miguel Lanzellotti Baldez, pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero e pelo Fórum Permanente de Biodireito, Bioética e Gerontologia: “Tornando a diversidade visível: um seminário sobre o Dia do Orgulho”. Após a palestra houve lançamento da Cartilha da Diversidade. O conteúdo da palestra pode ser acessado pela página da EMERJ no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=5UBWoSJYbx8>;

3. 02/09/2024 – Palestra realizada pelo Fórum Permanente de Direito de Família e Sucessões, pelo Fórum Permanente do Direito da Antidiscriminação da Diversidade Sexual e pelo Fórum Permanente de Diálogos da Lei com o Inconsciente: “Você conhece o programa de apoio à coparentabilidade?”. O conteúdo do evento pode ser acessado pela página da EMERJ no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=wiETPdAfVgY>

4- Círculo de Acolhimento para Transgêneros - 26/07 E 13/12 - Ações Realizadas Pelo CEJUSC - Méier;

Tema Acessibilidade:

AÇÕES REALIZADAS PELO CEJUSC - MÉIER

- PROJETO INCLUA-ME - ABAFADORES DE RUÍDOS - 17 de junho de 2024;
- CÍRCULO DE ACOLHIMENTO PARA SURDOS - 01 de julho de 2024;
- CÍRCULO DE ACOLHIMENTO PARA MÃES ATÍPICAS - 29/08, 15/11;

Palestras temática étnico-racial

- a. 20/02/2024 – Palestra realizada pela ESAJ para servidores do TJRJ: “Formação histórica e interseccionalidades”;
- b. 13/05/2024 – Palestra “O arquivo no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: revisitando o 13 de maio: o que o acervo de documentos pode nos revelar?”. A programação do evento pode ser acessada pela página: <https://emerj.tjrj.jus.br/evento/8484>. A palestra pode ser acompanhada pelo canal da EMERJ no Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F1Cqrnq70Lo>;
- c. 06/06/2024 – Palestra promovida pelo Fórum Permanente de Pesquisas Acadêmicas - Interlocação do Direito e das Ciências Sociais: “A educação jurídica antirracista e o campo do Direito e Relações Étnico-raciais: considerações para uma nova cultura de direitos no Brasil”. A programação do evento pode ser acessada pela página: <https://emerj.tjrj.jus.br/evento/8477>. A palestra pode ser acompanhada pelo canal da EMERJ no Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tNNomrCNcxo>;

- d. 25/06/2024 – Palestra “Infâncias e juventudes negras e indígenas: presente e futuro ancestral”. A programação do evento pode ser acessada pela página: <https://emerj.tjrj.jus.br/evento/8495>. O conteúdo da palestra pode ser acompanhado pela página: <https://www.youtube.com/watch?v=NdkvL1zcKZE>;
- e. 26/06/2024 – Palestra realizada pelo Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, Liberdades Fundamentais e Democracia e o Fórum Permanente de Direito e Relações Raciais: “Reconhecimento fotográfico racista: falsas memórias e criminalização no Brasil contemporâneo”. Após a palestra, houve lançamento do livro “Reconhecimento Fotográfico Racista - Falsas Memórias e Criminalização no Brasil Contemporâneo”. O conteúdo da palestra pode ser acessado na página da EMERJ no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=n3FbeGus1_k;
- f. 25/07/2024 – Museu convida Roda de conversa – Tema: “Literatura negra e feminina: celebrando vozes e histórias”;
- g. De 01 a 23/08/2024 Curso de Formação de Formadores ofertado pela escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro para capacitação de magistrados e servidores com saberes práticos-teóricos para a realização de heteroidentificação racial com base no conjunto das características fenotípicas das candidaturas inscritas no 2º Exame Nacional da Magistratura. Carga horária de 20 horas;
- h. 07/11/2024 - Palestra promovida pelo Fórum Permanente de Pesquisas Acadêmicas - Interlocução do Direito e das Ciências Sociais: “Operacionalizando a Equidade Racial no Poder Judiciário: uma análise da Implementação da Resolução nº 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça”. O conteúdo da palestra pode ser acessado na página da EMERJ no youtube: <https://www.youtube.com/watch?>
- i. Círculo de Diálogo - Tema: Racismo Estrutural - 04 de novembro de 2024- Ações realizadas pelo CEJUSC - Méier;

18. PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

Trata-se de capítulo elaborado em atendimento à Resolução nº 594, de 8 de novembro de 2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero e alterou a Resolução CNJ nº 400/2021 que determina, em seu art. 24, que os órgãos do Poder Judiciário implementem plano para reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa resultantes de seu funcionamento, até 2030.

Nessa toada, foi elaborada a versão inicial do Plano de Descarbonização para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (anexo), com o seguinte cronograma:

- I – até 28 de fevereiro de 2025, elaborar a versão inicial do Plano de Descarbonização;
- II – até 31 de julho de 2025, concluir, pelo menos, inventários para os edifícios-sede ou fóruns centrais;
- III – até 30 de setembro de 2025, implementar, pelo menos, três ações para redução de emissões, incluindo a instalação ou ampliação de sistemas de energia solar;
- IV – até 28 de fevereiro de 2026, realizar, pelo menos, uma ação de compensação de emissões;
- V – até 30 de junho de 2026, finalizar o inventário completo de emissões de todo o órgão.

O Programa, nos termos do art. 3º da supracitada Resolução, será implementado com base nos seguintes pilares: I – inventário de emissões de GEE; II – redução de emissões de GEE; e III – compensação de emissões de GEE.

No TJRJ, mediante a contratação de empresa/órgão técnico especializado, deverá ser elaborado inventário de emissões de GEE, com a quantificação das emissões geradas em decorrência das atividades desenvolvidas pelo órgão, utilizando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Cumprido esclarecer que o planejamento e a implementação de ações de redução e compensação de emissões já eram praticados, haja vista as ações de implantação de sistemas fotovoltaicos, de projetos de reflorestamento bem como ações de sensibilização do corpo funcional acerca do tema.

A seguir as medidas já em curso no TJRJ (mesmo antes da realização do inventário) para reduzir suas emissões de GEE:

I – energias renováveis:

ações para ampliar o uso de fontes alternativas de energia, como a implementação de sistemas fotovoltaicos pelo órgão ou de projetos para recebimento de energia proveniente de usinas solares, eólicas ou outras fontes de energia renovável externas;

- Implementação de sistemas fotovoltaicos em diversas edificações em todo o Estado do Rio de Janeiro;

Aquisição e instalação de sistema de geração de energia solar visando à economia do consumo de energia e o uso de energia limpa e renovável, evitando danos ao meio ambiente.

Em 2022, foram iniciados os processos para licitação de geração de energia solar dos seguintes Fóruns: Fórum de São João de Meriti, Fórum de Queimados, Fórum de Belford Roxo, Fórum de Madureira, Fórum de Jacarepaguá, Fórum de Itaboraí, Fórum da Ilha do Governador, Fórum de Macaé, Fórum de São Gonçalo, Arquivo Geral de Rio Bonito, Fórum de Rio Bonito, Fórum de Vila Inhomirim e Fórum de Bangu.

II – eficiência energética:

- substituição de lâmpadas fluorescentes por LED, implantação de práticas de eficiência energética e de sistemas automatizados de gestão de energia;
- Aquisição de 87.547 (oitenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete) lâmpadas de LED T5 e T8, com 50% do quantitativo já substituído e o restante em fase de substituição;
- Em fase de procedimento licitatório de 40.500 (quarenta mil e quinhentas) lâmpadas de LED T5 e T8;

III – consumo sustentável da água:

- Reutilização da água, substituição de descargas, uso de torneiras automáticas, orientações e campanhas para profissionais de limpeza;
- Substituição das descargas obsoletas, parcialmente adotada;
- Monitoramento constante dos pontos de vazamento de água e sua regularização;
- Utilização de água de reuso, com manutenção dos seus pontos de entrada e saída;
- Realização de vistoria cadastral e de consumo elevado pela empresa Águas do Rio (processo nº 2023-06065800);
- Instalação de torneira com temporizadores, sendo substituída conforme a necessidade apresentada;

IV – transporte sustentável:

- aquisição de veículos elétricos ou híbridos, abastecimento preferencial da frota com etanol, incentivo à mobilidade sustentável (bicicletas, caronas, infraestrutura para veículos elétricos etc.);
- Utilização do ETANOL em 10% dos veículos FLEX, 1.0 que atendem o serviço de expediente;
- implementação da Portaria SGLOG/DETRA Nº 02/2024, que determinou o abastecimento de 10% dos veículos flex da frota com etanol;
- 9 veículos movidos exclusivamente a fontes alternativas;
- Ampliação do número de bicicletários, de forma a promover a qualidade de vida, com aumento de 10% do que se já tem atualmente, tendo sido realizada licitação (processo 2022-06064505) para a aquisição de 50 novos bicicletários;

- Lavagem ecológica com redução de consumo de água, descartes conscientes e sustentáveis de resíduos;

V – contratações sustentáveis:

Adoção de práticas de gestão sustentável, racionalização e consumo consciente e observância de critérios de sustentabilidade das aquisições, contratações, convênios, acordos técnicos e patrocínios, conforme critérios da Resolução CNJ nº 400/2021.

Em 2024, dos 359 contratos realizados, 279 (77.7%) foram celebrados com critérios sustentáveis em seus respectivos projetos básicos.

VI – destinação adequada de resíduos:

Ações de redução da geração de resíduos e de sua destinação ambientalmente correta, como práticas de reutilização, reciclagem, compostagem e recuperação energética, incluindo medidas que fomentem a inclusão social.

- Destaca-se a implementação do Ato Executivo 130/2022, que dispõe sobre a ampliação de coleta seletiva nas comarcas do interior do estado (São Fidelis, São João da Barra, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Mesquita, Inhomirim, Magé), em atendimento à Lei nº 12.305/2010.
- No site do TJRJ, está disponível o Manual de Operacionalização da Coleta Seletiva, e os Síndicos Regionais das comarcas onde as coletas já estão autorizadas pela Administração foram capacitados para a função.
- Há diversos ecopontos nas dependências do TJRJ para a coleta de tampinhas plásticas, cartões plásticos, lacre e resíduos eletrônicos. As campanhas de coletas mencionadas foram responsáveis por recolher e destinar corretamente acima de uma tonelada e meia de resíduos, em 2024.

VII – reengenharia de ocupação de espaços:

Medidas para ocupação mais eficiente de ambientes físicos, de modo a reduzir a quantidade de espaço necessário para a prestação de serviços.

- BIM - Building Information Modeling

Busca dar efetividade às premissas dos Decretos 10.306/20, 46.471/18 e a Lei 14.133/21, art. 19, § 3º, que tratam da utilização e disseminação do BIM na execução de obras e serviços de engenharia na Administração Pública.

A adoção do novo processo no desenvolvimento dos projetos executivos licitados alinhando-se à Estratégia Nacional para Disseminação do BIM, além de promover a elaboração de projetos que priorizam acessibilidade, sustentabilidade, economicidade, conforto e a redução de custos de manutenção predial.

No que diz respeito à eficiência, a implantação do BIM visa gerar projetos digitais tridimensionais nas áreas de arquitetura e diversas engenharias, como estrutural, de incêndio, hidrossanitárias, refrigeração, mecânica, elétrica, transporte vertical, sonorização, rede lógica, telefonia, alarme, áudio, vídeo, e circuitos de TV.

Essa abordagem proporciona maior precisão técnica, agilidade na compatibilização dos projetos e conformidade com as normas da ABNT, reduzindo significativamente o risco de aditivos e o tempo de desenvolvimento de projetos, além de possibilitar orçamentos que atendem aos parâmetros de cotação de obras públicas.

- **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESCANEAMENTO DAS EDIFICAÇÕES DO TJRJ:**

Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de levantamento de cadastro “como encontrado” (as found) de edificações, com tecnologia de escaneamento tridimensional a laser (3D scan) por nuvem de pontos, para subsidiar a produção de modelos BIM dos prédios que compõem o acervo do PJERJ.

CONCLUSÃO

O presente relatório procura apresentar um panorama das principais ações socioambientais desenvolvidas pelo TJRJ demonstrando os esforços desenvolvidos no intuito de contribuir para a implantação de um novo paradigma na promoção do desenvolvimento sustentável.

Verifica-se, nessa toada, o empenho deste Tribunal em desenvolver práticas de gestão voltadas ao equilíbrio entre as ações humanas e o meio ambiente, e o seu compromisso com a responsabilidade socioambiental.

O resultado dessa atividade reflete-se, por exemplo, nas campanhas promovidas pela SGSUS para conscientização e sensibilização do corpo funcional sobre o descarte correto de resíduos (tampinhas, cartões plásticos e lacres), quando o recolhimento desse material alcançou, aproximadamente, uma tonelada e meia, em 2024.

Ademais, o PJERJ sempre se destaca na quantidade de ações de qualidade de vida, de capacitação socioambiental e sensibilização, com expressivo número de participações da força de trabalho nas ações educacionais, o que demonstra o interesse na matéria socioambiental.

A avaliação dos resultados do Plano de Logística Sustentável, referente ao exercício de 2024, apresenta números cada vez mais expressivos de ações socioambientais realizadas pelas diversas unidades deste Tribunal, ressaltando o compromisso com as políticas institucionais para a sustentabilidade.



O PLS está relacionado ao planejamento estratégico do PJERJ e aos indicadores do CNJ **e, apesar dos desafios, foi possível estabelecer ações para o atingimento da maioria das metas estabelecidas.**

A análise de desempenho do PLS demonstra que, dos 18 indicadores, 11 atingiram a meta prevista, 7 são indicadores que demandaram um olhar gerencial de monitoramento/acompanhamento e não atingiram a meta (CONFERIR), devendo ser objeto de oportunidade de melhoria quanto às ações e/ou revisão das respectivas métricas.

A série histórica, registrada nos gráficos acima, demonstra que a pandemia de Covid-19 provocou expressiva redução dos indicadores. Nesse sentido, o consumo de recursos, em geral, diminuiu entre os anos de 2020 e 2021, e houve um aumento a partir 2022, sem que esse recrudescimento, no entanto, tenha retornado aos números anteriores a 2019, com exceção dos indicadores de gastos com material de limpeza e suprimentos de impressão.

Contudo, verifica-se que o consumo desses produtos, em regra, não tenderá a aumentar em nível superior aos anos anteriores à pandemia, o que pode sinalizar o início de um processo de mudança na cultura do consumo interno.

Na comparação com o Poder Judiciário, como um todo, ou mesmo com a Justiça estadual percebemos o quanto ainda temos que caminhar, principalmente com relação ao consumo de água, energia e papel.

Nesse sentido, não pode passar despercebido o destaque negativo em 2022, quando o PJERJ foi o primeiro lugar em consumo relativo de água (mede o consumo em relação à área total do órgão), entre todo o Poder Judiciário ($0,44 \text{ m}^3/\text{m}^2$), sendo que a média dos tribunais estaduais foi de $0,26 \text{ m}^3/\text{m}^2$.

Acrescente-se que, com relação ao consumo de energia elétrica por metro quadrado, a situação do PJERJ também merece atenção, uma vez que apresentamos em 2023 o maior consumo dos tribunais estaduais.

Com relação aos gastos, o que ocupa o primeiro lugar é a despesa com contrato de limpeza, seguido pela energia, construção de prédios novos, contratos de vigilância das instalações e de motoristas. No entanto, as medidas acima arroladas, sobretudo a contratação do CEMAI, indicam que a tendência é que a despesa com energia elétrica seja sensivelmente reduzida nos próximos anos.

Assim, os dados apresentados demonstram que há um longo caminho a percorrer para uma estabilidade no consumo e gasto dos indicadores do PLS, mas com o engajamento de todas as áreas, as dificuldades e os entraves poderão ser vencidos e superados, com alcance do equilíbrio financeiro, ambiental e social.

Não podemos esquecer que a elaboração de um projeto sustentável necessita de uma metodologia cíclica que possibilite a avaliação e reformulação das soluções ao longo de

todo o processo, permitindo a interação entre as equipes e fazendo com que todos os profissionais envolvidos participem efetivamente de todas as etapas.

Dessa forma, ao pensar no futuro, não podemos esquecer da existência da pontuação nos critérios de sustentabilidade que impactam na classificação do TJRJ no IDS do CNJ, principalmente quanto à redução do consumo de energia, papel, água, inclusive a envasada em embalagens plásticas.

Registra-se, por oportuno, que todos os segmentos da sociedade civil e entidades públicas deverão se adaptar à Agenda 2030 da ONU, a fim de fomentarem e criarem ações com vistas ao atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, observa-se que o cenário atual da política socioambiental do PJERJ é positivo, visto que foram constatados consideráveis avanços.

Diante de todo o exposto, o PJERJ cumpriu sua função institucional de elaborar um diagnóstico na forma deste relatório, que evidencia as ações organizacionais de sustentabilidade deste Poder junto à sociedade, oferecendo assim, elementos substanciais para a tomada de decisão acerca da melhor gestão organizacional, o que está representado pela logomarca da COSUS, qual seja, uma folha e uma seta que retratam um movimento circular impulsionado pela meta de um ambiente ecologicamente equilibrado.



A QUADRO DO MONITORAMENTO DO PLS NO EXERCÍCIO DE 2024

Nº	INDICADOR	META	SITUAÇÃO
1	Papel	Alcançar, até 2026, a média de 2,6 (dois vírgulas seis) resmas per capita atingida pelos Tribunais de Justiça Estadual.	
2	Copos descartáveis	Manter em 100% a política de não utilização de copos descartáveis.	
3	Água envasada	Redução em 10% a cada ano adotando-se como parâmetro os dados de aquisição de água mineral envasada em 2023.	Não atingida
4	Impressões	Reduzir em 10% a quantidade de equipamentos de impressão/per capita até 2026.	
5	Energia	Reduzir o consumo para 40Kw/m ² até o ano de 2026.	Não atingida
6	Água e esgoto	Alcançar, até 2026, a média de 0,19 m ³ dos Tribunais da Justiça Estadual.	Não atingida
7	Gestão de resíduos	Destinar corretamente 90% dos tipos de resíduos.	
8	Reformas e construções	Realizar 15 iniciativas, até 2026, que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com mudanças de layout	
9	Limpeza	Reduzir em 2% os gastos com material de limpeza e contrato de limpeza ao ano.	Não atingida
10	Vigilância	Conclusão dos estudos relativos ao cumprimento da Resolução 291/19 do CNJ sem aumento de despesas até 2023. (Em revisão)	Não se aplica
11	Telefonia	Reduzir os gastos com telefonia fixa e móvel em 5% até 2026	parcial
12	Veículos	Reduzir as despesas com manutenção de veículos em 10%,	Não atingida
13	Aquisições e contratações	Manter em 2% ao ano o percentual de compras sustentáveis em relação ao total de compras	
14	Qualidade de vida	Realizar 18 iniciativas por ano que promovam a saúde e a QVT	
15	Capacitação em sustentabilidade	Promover ações de capacitação e sensibilização em 10% ao ano até 2026	
16	de gastos com serviço gráfico	Realizar 15 iniciativas, até 2026, que promovam a temática da sustentabilidade para racionalizar os gastos com serviços gráficos.	
17	combustível	Reduzir as despesas com combustível em 10%	
18	Equidade e diversidade	Realizar 15 iniciativas por ano que promovam a sensibilização sobre a temática da equidade e da diversidade do TJRJ.	

Energia elétrica

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CEE - Consumo de energia elétrica	kwh	88.922.626	89.201.232	93.357.169	71.432.254	73.021.987,40	77.123.250,00	83.328.526,72	86.361.571
CRE - Consumo de energia elétrica por m ²	kwh/m ²	126,48	127,01	131,69	100,75	102,99	70	75,03	77,76
GEE - Gasto com energia elétrica	R\$	48.697.178	54.784.233	55.499.313	48.864.025	58.064.528	65.588.121	66.898.636,88	71.573.062,84
GRE - Gasto com energia elétrica por m ²	R\$	N/A	N/A	78,29	68,92	81,89	59,54	59,64	
Uso de energia alternativa (sim/não e quais) - mensal	Sim/Não	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
NT - Negociação Tarifária - anual - responder 2 perguntas CNJ	Sim/Não	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Água e esgoto

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CA - Consumo de água	m ³	570.895	538.044	556.134	496.759	554.325	543.046	557.824	527.765
CRA - Consumo de água por m ²	m ³ /m ²	0,81	0,77	0,78	0,7	0,78	0,49	0,50	0,48
GA - Gasto com água	R\$	6.925.691	7.100.692	6.245.142	6.516.356	7.583.848	8.587.332	10.259.465,97	10.256.931,06
GRA - Gasto com água por m ²	R\$	9,85	10,11	8,81	9,19	9,59	7,79	8,8	

Gestão de resíduos

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Dpa - Destinação de papel	kg	63.715	69.325	95.424	28.301	54.966	97.597	151.691	144.474
Dpl - Destinação de plásticos	kg	8.679	7.708	8.949	3.580	5495,1	13.592	20.466	18.901
Dmt - Destinação de metais	kg	1.213	1.261	2.180	5.785	1.352	6.450	10.158,70	20.914
Dvd - Destinação de vidros	kg	978	702	860	925	1.921	3.335	2.549	2.165
Cge - Coleta geral	kg	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6262	17.871	10.996
TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	kg	N/A	78.996	107.595	37.025	63.734	127.236	202.735	229.738
Del - Destinação de resíduos de eletroeletrônicos	kg	N/A	N/A	N/A	N/A	2.525	1.063	2.538	13.144
Dimp - Destinação de suprimentos de impressão	UN	0	30011	21557	4951	6.403,07	7.953,41	7367,52	26.537
Dpb - Destinação de pilhas e baterias	kg	N/A	300	778	70	11	22,16	27,94	20,81
Dlp - Destinação de lâmpadas	UN	20.429	54.254	4.001	0	53.462	39.800	54.110	30.097
Drs - Destinação de resíduos de saúde	litros	15.360	17.040	23280	10560	12.720	12.000	9.121,20	560
Dob - Destinação de resíduos de obras e reformas	kg	0	0	1.635,60	440 m³	3.299.940	5.488.121	880m³	427.500

Reformas e construções

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gref - Gastos com reformas no período-base	R\$	32.802.831	31.250.810	8.055.083	2.467.652	4.971.835	92.759	2.223.753,66	19.873.159,05
Varição dos gastos com reformas em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-69,37%	101,48%	-98,13%	2297%	
Gconst - Gastos com construção de novos edifícios no período-base	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	0,00	0,00	59.659.358,97	64.114.054,90

Limpeza

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
GLB - Gastos com contratos de limpeza no período-base	R\$	72.160.321,00	84.833.372,00	64.604.706,85	63.073.394,58	60.333.691,35	65.342.520,11	72.734.422,57	77.763.901,16
m²Cont - Área contratada	m²	703.082,00	702.317,00	994.166,00	976.513,00	1.013.641,51	1.013.641,51	1.007.418,79	12.154.024,75
GRL - Gasto com contratos de limpeza por m²	R\$	102,63	120,79	64,98	64,59	59,52	64,46	72,2	76,80
GML - Gasto com material de limpeza	R\$	6.712.719,00	6.808.109,00	5.920.514,00	5.898.214,38	5.746.891,16	6.039.980,97	6.461.318,80	6.680.019,87
Varição dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-13%	-0,38%	-2,57%	5,10%	7%	

Vigilância

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
QPV - Quantidade de total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	Número de trabalhadores	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	652	625	625	668
GRV - Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada reais/número de trabalhadores	R\$	N/A	N/A	N/A	N/A	53.219,30	46.266,97	40.261,40	
Gve - Gastos com contratos de vigilância eletrônica	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	11.493.275	8.967.499	9.530.164,08	13.984.370,27
Quantidade de postos	Postos	514	495	499	499	502	502	502	544
GV - Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	R\$	33.713.118	31.306.639	33.713.118	32.334.746	34.698.980	28.916.859	30.731.242,17	31.111.954,34
Varição dos gastos com contratos de vigilância em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-4,09%	7,31%	-16,66%	6,3%	

Telefonia

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gtf - Gasto com telefonia fixa	R\$	3.331.800,00	2.836.562,00	1.889.922,29	877.366,00	784.395,15	644.117,87	776.859,79	762.398,630
LTF - Linhas telefônicas fixas	UN	3351	3238	3263	3513	3494	3193	3152	3.164
GRTf - Gasto relativo com telefonia fixa (despesa em relação ao total linhas)	R\$	994,27	876,02	579,20	249,75	224,50	201,73	246,5	241
GTm - Gasto com telefonia móvel	R\$	1.129.861,00	896.198,00	622.593,00	451.200,00	470.196,20	466.230,35	469.599,11	756.343,69
LTm - Linhas telefônicas móveis	UN	1141	1175	1027,00	1027,00	1025	1026	1024	2258
GRTm - Gasto relativo com telefonia móvel (despesa em relação ao total linhas)	R\$	990,23	762,72	606,22	439,34	458,73	454,42	458,6	436,92

Veículos

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Km - Quilometragem	km	11.989.960	10.684.731	10857426	6155835	7300746	8.807.576,64	10.069.484,33	7227490
VGEF - Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex (soma)	UN	699	693	651	656	651	646	711	679
VD - Quantidade de veículos a diesel	UN	22	26	26	26	26	26	40	39
Valt - Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	UN	13	13	9	9	9	9	9	2
QVe - Quantidade de veículos - Qve= VGEF + VD + Valt	UN	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	686	682	677	672	760	
QVS - Quantidade de veículos de serviço	UN	489	515	506	420	498	482	565	513
QVM - Quantidade de veículos destinados à locomoção magistrados	UN	226	178	179	179	178	190	190	205
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	4.255.880	5.077.588	4.354.149,30	3.397.563,13	4.475.866,55	4.133.692,01	3.777.062,59	4.004.041,67
GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	6.347	4.982	6.611	6.151	4970	
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	26326418	26565519	19.405.644,62	17.663.665,29	16.998.963,90	20.322.724,90	22.534.660,97	28.135.916,61
GRCM – Gasto com contrato de motoristas por veículo	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	28.288,11	25.899,80	25.109,25	30.242,15	29.847,23	
GCV - Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE	NÃO HOUVE

Combustível

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CG - Consumo de gasolina	Litros	12665985	1.122.876	1142820	655248	765.536	811230,45	801.769,36	682.432,83
CE - Consumo de etanol	Litros	419	2.049	4401	2427	329	1016,89	168	112.888,31
CD - Consumo de diesel	Litros	59706	47234	50501	50500,52	31.649	51824,86	72.922,18	77.765,86
GC – Gasto com combustível	R\$	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	5.203.313,41	5.782.381,25	5.130.219,14	5310644

Apoio ao serviço administrativo

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	157.625,27	258.652,12	330.957,63	360.515,94

Aquisições e contratações

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	109	191	207	359
ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	79	105	132	279
PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	%	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	72%	55%	64%	77,72

Qualidade de vida

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PVQ - Participação em ações de qualidade de vida	Número de ações	12.250	21.714	33290	24665	9557	14277	32.468	16741
AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida	Número de ações	18	61	13	10	23	73	78	134
PAS – Participações em ações solidárias	Número de pessoas	N/A	340	382	88	220	1921	1485	1500
AS - Quantidade de ações solidárias	Número de ações	N/A	34	12	2	4	21	16	20

Capacitação em sustentabilidade

Questionário anual	U.M.	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade	UN	5	6	91	53	25	49	80	50
ASen – Ações de sensibilização em sustentabilidade	UN	5	30	N/A	N/A	36	64	132	71
PCap – Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	UN	450	3300	8790	10081	7978	19977	19549	15259

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Resolução TJ/OE 04/2023 – Aprova a Estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Portaria 2755/2023 – Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS).

Ato Executivo nº 111/2023 – Altera o Ato Executivo nº 1299/2013, que instituiu a Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade (COSUS), no âmbito deste Tribunal de Justiça.

Ato Executivo nº 257/2023 – Aprova o Plano de Logística Sustentável – PLS 2024-2026 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Executivo nº 130/2022 - Dispõe sobre o procedimento de coleta seletiva de resíduos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.



PLS TJRJ

Secretaria Geral de Sustentabilidade e
Responsabilidade Social

Departamento de Sustentabilidade

Divisão de Gestão Ambiental



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

